

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - PROPLAD
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - CCF

RELATÓRIO CONTÁBIL DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2019

FORTALEZA(CE), JANEIRO DE 2020



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

SUMÁRIO

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR	8
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	9
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	9
2.2 ESTRUTURA ORGÂNICA DA REITORIA.....	9
2.2.1 Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor	9
2.2.2 Órgãos de Assessoramento ao Reitor	9
2.2.3 Órgãos de Planejamento e Administração	10
2.2.4 Órgãos de Atividades Específicas	10
2.2.5 Órgãos Suplementares	10
2.3 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	10
2.3.1 Centros, Faculdades e Institutos.....	10
2.3.2 Unidades no Interior do Estado	11
3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	11
3.1.1 De acordo com a Seção IV, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:.....	12
3.1.2 De acordo com o Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:	13
3.1.3 De acordo com a Seção II, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Acadêmicas:	14
4. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	15
5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	16
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	21
6.1 BALANÇO PATRIMONIAL	21
6.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	23
6.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	25
6.4 BALANÇO FINANCEIRO	26
6.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	27
7. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL	28
7.1 VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE	28
7.2 CRÉDITOS A CURTO PRAZO	28
7.3 CRÉDITOS A LONGO PRAZO	28
7.4 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	29
7.5 DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	29
7.6 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR DE LONGO PRAZO	29
7.7 IMOBILIZADO.....	29
7.7.1 Bens Móveis	30
7.7.2 Bens Imóveis.....	30
7.7.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado	33



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

7.8	INTANGÍVEL.....	34
7.8.1	Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment.....	35
7.8.2	Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível.....	36
7.9	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	36
7.10	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	38
7.11	AJUSTE PARA PERDAS - VALORES A RECEBER.....	40
7.12	AJUSTES PARA PERDAS - ESTOQUES	41
7.13	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	41
8.	NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	42
8.1	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	42
8.2	EXECUÇÃO DAS RECEITAS	42
8.2.1	Receitas Correntes.....	42
8.2.2	Receitas de Capital.....	43
8.3	EXECUÇÃO DAS DESPESAS	43
8.4	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RESTOS A PAGAR.....	46
9.	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	49
9.1	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	50
9.2	VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS.....	50
9.3	PESSOAL E ENCARGOS	51
9.4	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	51
9.5	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	51
9.6	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS.....	51
9.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	52
10.	NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO	52
10.1	INGRESSOS: RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	52
10.2	INGRESSOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS.....	52
10.3	INGRESSOS: RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	53
10.4	DISPÊNDIOS: DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS.....	53
10.5	DISPÊNDIOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	54
10.6	DISPÊNDIOS: PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	54
11.	NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	54
11.1	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS.....	54
11.2	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: INGRESSOS - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	55
11.3	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - DESEMBOLSO: EDUCAÇÃO	55
11.4	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - DESEMBOLSO: PREVIDÊNCIA SOCIAL	55
11.5	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: DESEMBOLSOS - SAÚDE	55
11.6	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: DESEMBOLSOS – SEGURANÇA PÚBLICA.....	56



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

11.7	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: DESEMBOLSOS – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS –	
	INTRAGOVERNAMENTAIS	56
11.8	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: DESEMBOLSOS - AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO	
	CIRCULANTE.....	56



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bens Móveis - Composição	30
Tabela 2 - Bens Imóveis - Composição	31
Tabela 3 - Bens de Uso Especial - Composição	31
Tabela 4 - Intangível - Composição	35
Tabela 5 - Vida útil do Software	35
Tabela 6 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição	36
Tabela 7 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante	36
Tabela 8 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor	37
Tabela 9 - Obrigações Contratuais - Composição	38
Tabela 10 - Obrigações Contratuais - por Unidade Gestora Contratante	38
Tabela 11 - Obrigações Contratuais - por Contrato	38
Tabela 12 - Contratos Vigentes - ISM Gomes de Matos Eireli	39
Tabela 13 – Contratos Vigentes - Companhia Energética do Ceará	39
Tabela 14 – Contratos Vigentes - Criart Serviços de Terceirização de mão de obra	40
Tabela 15 - Quocientes de Recebimentos	41
Tabela 16 - Cálculo da Estimativa de Perda	41
Tabela 17 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores	42
Tabela 18 – Previsão e Execução de Receitas e Despesas	42
Tabela 19 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição	43
Tabela 20 - Despesas Correntes – Composição	44
Tabela 21 - Despesas Correntes - valores empenhados - por origem do orçamento	44
Tabela 22 - Valores empenhados - por outros órgãos	45
Tabela 23 - Execução de despesas de capital	45
Tabela 24 - Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado	46
Tabela 25 - Movimentação de RPNP - empenhos emitidos até 2017	48
Tabela 26 - Restos a Pagar Não Processados - por origem do orçamento executado	48
Tabela 27 - Restos a Pagar Não Processados inscritos - por Unidade Gestora Executora (UGE)	49
Tabela 28 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa	49
Tabela 29 - Detalhamento do saldo das contas do Grupo Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	50
Tabela 30 - Repasses recebidos em 2019	53



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organograma da UFC	12
Quadro 2 - Competência das Unidades da UFC	12
Quadro 3 - Gestão da Unidades Administrativas da UFC	13
Quadro 4 - Organograma Geral da UFC	14
Quadro 5 - Unidades Acadêmicas da UFC	14



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Execução de RPNP por ano de emissão da Nota de Empenho	47
---	----



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

LISTA DE ABERVIATURAS E SIGLAS

ANA - Agência Nacional de Águas
BF - Balanço Financeiro
BO - Balanço Orçamentário
BP - Balanço Patrimonial
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CGU - Controladoria Geral da União
CONSUNI - Conselho Universitário
DCON - Demonstrações Contábeis
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
FNE - Fundo Nacional de Saúde
HUWC - Hospital Universitário Walter Cantídio
ICA - Instituto de Cultura e Arte
IEFES - Instituto de Educação Física e Esportes
LABOMAR - Laboratório de Ciências do Mar
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEAC - Maternidade Escola Assis Chateaubriand
MEC - Ministério da Educação
MS - Ministério da Saúde
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NE - Notas Explicativas
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIPCP - Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PSS - Previdência dos Servidores Públicos Federais
RMB - Relatório Mensal de Bens
RU - Restaurante Universitário
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIPAC - Sistema de Gestão de Almoxarifado
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
STI - Secretaria de Tecnologia da Informação
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TED - Termo de Execução Descentralizada



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UG - Unidade Gestora

UGE - Unidade Gestora Executora

VPAs - Variações Patrimoniais Aumentativas

VPDs - Variações Patrimoniais Diminutivas



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 da Universidade Federal do Ceará.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

Manutenção de saldos alongados em contas de controle de obrigações contratuais a executar. Essas contas registram o valor dos Atos Potenciais Passivos, que são apresentados no Quadro de Compensações que compõe o Balanço Patrimonial.

Uma parcela representativa dos saldos de contratos a executar refere-se a contratos já encerrados, logo, os valores apresentados no mencionado quadro, que integra o Balanço Patrimonial, não representam fielmente as parcelas a executar de contratos.

Foi solicitado junto à unidade gestora de contratos, controle administrativo dos contratos vigentes, para que se possa providenciar a conciliação de ajustes dos saldos das contas de atos potenciais.

Fortaleza-CE, 24 de janeiro de 2020.

Samuel Cavalcante Mota
Contador
CRC-CE:019065/O
Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração-PROPLAD
Universidade Federal do Ceará



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A Universidade Federal do Ceará (UFC), criada em 1954, é uma instituição federal de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação.

A UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades. A administração e coordenação das atividades universitárias são exercidas em dois níveis:

Administração Superior e Administração Acadêmica.

2.1 Administração Superior

A Administração Superior da Universidade é exercida através dos seguintes órgãos:

Conselho Universitário (CONSUNI): O Conselho Universitário (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo para traçar a política universitária e decidir em matéria de administração, inclusive gestão econômico-financeira;

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE): O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade, em matéria de ensino, pesquisa e extensão;

Conselho de Curadores: O Conselho de Curadores (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão com atribuições de fiscalização econômico-financeira;

Reitoria: Órgão Superior executivo que tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de administração em geral, de planejamento, de assuntos estudantis, de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão no âmbito da Universidade.

2.2 Estrutura Orgânica da Reitoria

2.2.1 Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor

- Gabinete
- Procuradoria Geral

2.2.2 Órgãos de Assessoramento ao Reitor

- Auditoria Geral
- Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional
- Coordenadoria de Concursos
- Ouvidoria Geral



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

- Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores

2.2.3 Órgãos de Planejamento e Administração

- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
- Superintendência de Hospitais Universitários
- Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental

2.2.4 Órgãos de Atividades Específicas

- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Graduação
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

2.2.5 Órgãos Suplementares

- Biblioteca Universitária
- Memorial da UFC
- Museu de Arte
- Seara da Ciência
- Secretaria de Acessibilidade
- Secretaria de Cultura Artística
- Secretaria de Tecnologia da Informação
- Secretaria de Governança

2.3 Administração Acadêmica

Os departamentos são coordenados por unidades, com a denominação de Centros ou Faculdades. Os departamentos constituem a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científico, bem como de distribuição de pessoal, exceto nos casos dos campi de Sobral, Quixadá, Russas, Crateús e dos Institutos de Ciências do Mar (LABOMAR), Cultura e Arte (ICA), Universidade Virtual (UFC Virtual) e de Educação Física e Esportes (IEFES), nos quais as unidades acadêmicas são constituídas pelas coordenações dos cursos.

2.3.1 Centros, Faculdades e Institutos

- Centro de Ciências
- Centro de Ciências Agrárias
- Centro de Humanidades
- Centro de Tecnologia



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

- Faculdade de Direito
- Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade
- Faculdade de Educação
- Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem
- Faculdade de Medicina
- Instituto de Ciências do Mar
- Instituto de Cultura e Arte
- Instituto de Educação Física e Esportes
- Instituto Universidade Virtual

2.3.2 Unidades no Interior do Estado

- Campus da UFC em Crateús
- Campus da UFC em Quixadá
- Campus da UFC em Russas
- Campus da UFC em Sobral
- A Administração Superior criou uma estrutura acadêmico-administrativa diferenciada nas unidades acadêmicas do Interior do Estado. A opção foi de não criar departamentos; portanto, as unidades acadêmicas são os próprios campi, constituídos pelas coordenações dos cursos existentes.
- A administração dos campi do Interior do Estado, dos institutos e dos centros ou faculdades é exercida pelos seguintes órgãos:
 - Conselho do Campus (Unidades do Interior do Estado)
 - Conselho de Centro ou Conselho Departamental (nas Faculdades)
 - Diretoria
 - Vice - Diretoria
 - Secretaria
 - Coordenação de Cursos de Graduação
 - Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

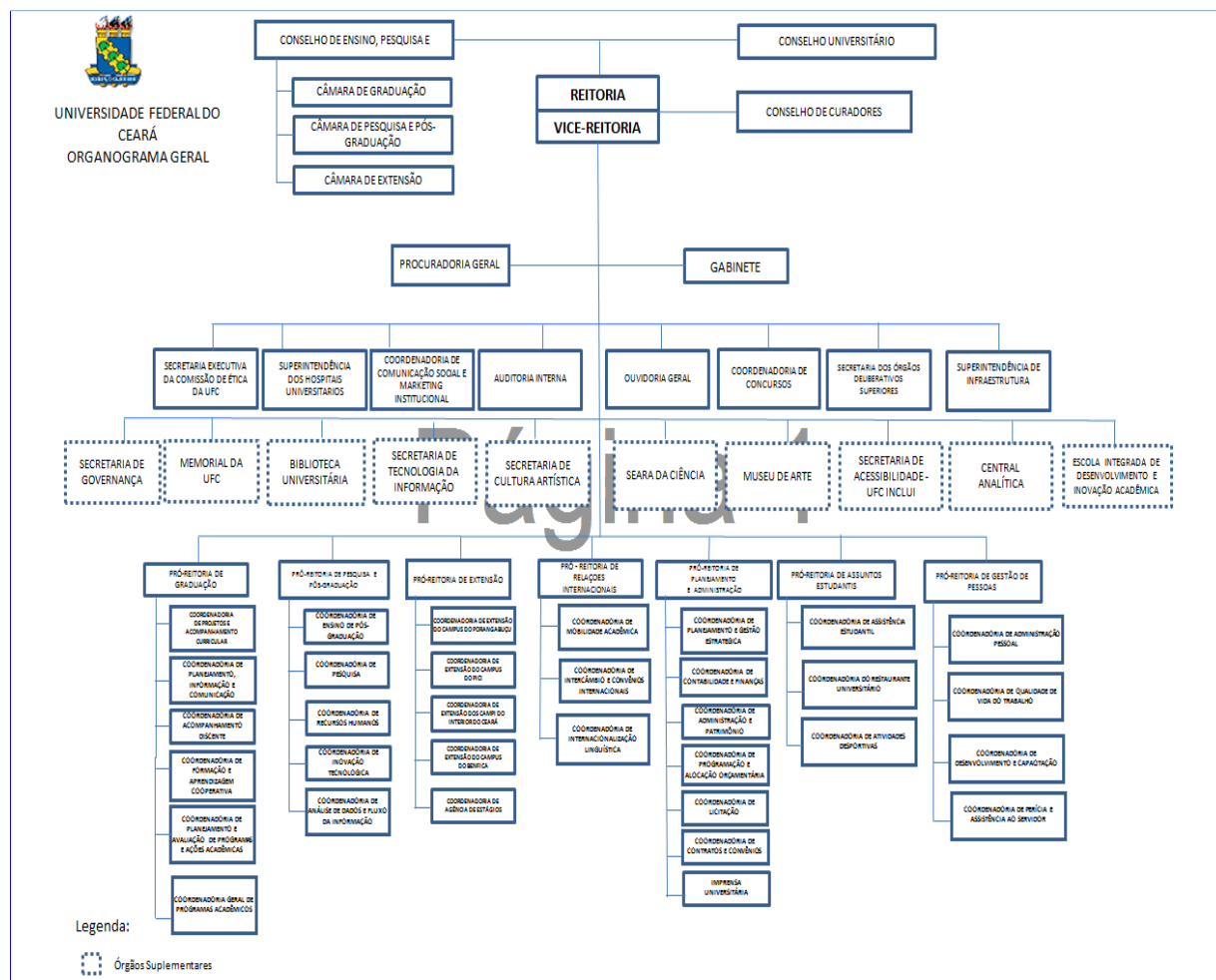
3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Em relação ao organograma funcional, apresentam-se abaixo os organogramas relativos às unidades administrativas e às unidades acadêmicas, em separado. Quanto às atribuições e competências das subunidades da UFC são descritas no Regimento da Reitoria. Trata-se o Regimento da Reitoria de documento oficial da Instituição disponibilizado no *link*: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/regimento_reitoria/regimento_reitoria.pdf



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Quadro 1 - Organograma da UFC



3.1.1 De acordo com a Seção IV, do Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:

"Art. 28. A UFC terá 7 (sete) Pró-Reitorias destinadas a atuação nas áreas a seguir discriminadas"

Quadro 2 - Competência das Unidades da UFC

Unidades	Competências	Titular	Cargo
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Compete promover e assistir a comunidade estudantil em toda sua plenitude e planejar, gerir e executar os programas assistenciais dirigidos a essa comunidade, através das atividades desenvolvidas.	Profa. Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire	Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Pró-Reitoria de Extensão	Compete promover, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades de extensão da Universidade Federal do Ceará.	Profa. Elizabeth De Francesco Daher	Pró-Reitora de Extensão
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Compete planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e controlar todas as atividades inerentes à administração e desenvolvimento de recursos humanos da Universidade Federal do Ceará	Prof. Marcus Vinícius Veras Machado	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Pró-Reitoria de Graduação	Compete programar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades inerentes à formação de graduação, garantindo sempre a articulação com as Coordenações dos Cursos, Departamentos e Unidades Acadêmicas	Profa. Ana Paula de Medeiros Ribeiro	Pró-Reitora de Graduação
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Compete programar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de Pesquisa e Pós-Graduação no âmbito da Universidade, através das seguintes unidades.	Pró-Reitor: Prof. Jorge Herbert Soares de Lira	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação



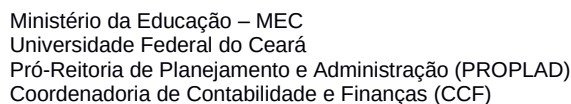
Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Unidades	Competências	Titular	Cargo
Pró-Reitoria de Relações Internacionais	Compete promover e coordenar as relações da Universidade com instituições estrangeiras de educação, ciência e cultura, bem como oferecer o suporte necessário à execução de convênios e acordos internacionais através das atividades desenvolvidas pelas unidades que lhe são subordinadas.	Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque	Pró-Reitor de Relações Internacionais
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração	Elaborar gestão e avaliação do planejamento, orçamento, modernização administrativa, estatística e informática. A gestão do orçamento se dá por meio da execução orçamentária destinada ao atendimento das demandas das unidades acadêmicas e demais unidades administrativas, abrigando, ainda, gestão de contratos firmados com terceiros e a Imprensa Universitária (IU).	Prof. Almir Bittencourt da Silva	Pró-Reitor de Planejamento e Administração

3.1.2 De acordo com o Estatuto da UFC, quanto à gestão das Unidades Administrativas:

Quadro 3 - Gestão da Unidades Administrativas da UFC

Unidades	Competências	Titular	Cargo
Superintendência dos Hospitais Universitários	-	Prof. Carlos Augusto A. Junior	Superintendente dos Hospitais Universitários
Superintendência de Infraestrutura	Compete supervisionar, coordenar, gerir e controlar as atividades relacionadas com projetos, obras, manutenção, recuperação e atividades auxiliares no âmbito da Universidade.	Prof. José Ademar Gondim Vasconcelos	Superintendente de Infraestrutura
Biblioteca Universitária	Compete prover a Universidade Federal do Ceará de um sistema central de informação, de forma a proporcionar serviços biblioteconômicos e documentais eficientes que possibilitem o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Francisco Jonatan Soares	Diretor da Biblioteca Universitária
Memorial da UFC	Tem por missão coletar, produzir, registrar a história e memória da Universidade Federal do Ceará, com a finalidade de preservá-las e difundi-las garantindo o acesso da sociedade ao patrimônio universitário de forma compartilhada.	Gerda de Souza Holanda	Coordenadora de Memorial da UFC
Museu de Arte	Compete programar, dirigir e desenvolver atividades no campo das artes plásticas, no âmbito da UFC, objetivando a preservação, enriquecimento e difusão do seu acervo de produções artísticas e estimulando a participação da comunidade no que diz respeito à produção e à preservação cultural a partir de uma política educativa - cultural permanente, voltada para a valorização dos bens culturais regionais.	Graciele Karine Siqueira	Diretora do Museu de Arte
Seara da Ciência	Compete fazer a divulgação científica e tecnológica da Universidade Federal do Ceará. Procura estimular a curiosidade pela ciência, cultura e tecnologia, mostrando suas relações com o cotidiano e promovendo a interdisciplinaridade entre as diversas áreas do conhecimento.	Prof. Marcus Raimundo Vale	Diretor da Seara da Ciência
Secretaria de Acessibilidade	Compete elaborar, executar e gerenciar ações e pesquisas realizadas na área de acessibilidade	Prof.ª Vanda Magalhães Leitão	Diretora Secretária da Acessibilidade
Secretaria de Cultura Artística	Compete elaborar, executar e gerenciar as iniciativas	Prof. Elvis de Azevedo Matos	Diretor da Secretaria de Cultura Artística



Unidades	Competências	Titular	Cargo
	relacionadas à Política de Cultura Artística definida para a instituição, incentivando, apoiando e avaliando ações e projetos artístico-culturais propostos pela comunidade universitária.		
Secretaria de Tecnologia da Informação	Compete sistematizar, orientar, coordenar, desenvolver, manter, operar e controlar as atividades de processamento de dados, bem como avaliar seu desempenho.	Prof. Edgar Marçal de Barros Filho	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação

[illegible]

"Art. 31. A Diretoria será o órgão executivo encarregado de superintender, coordenar e fiscalizar as atividades de cada Centro ou Faculdade."

Unidades	Titular	Cargo
Centro de Ciências	Profa. Regina Célia Monteiro de Paula	Diretora do Centro de Ciências
Centro de Ciências Agrárias	Prof. ª Sônia Maria Pinheiro de Oliveira	Diretor do Centro de Ciências Agrárias
Centro de Humanidades	Prof. Cícero Anastácio Araújo de Miranda	Diretor do Centro de Humanidades
Centro de Tecnologia	Prof. Carlos Almir Monteiro de Holanda	Diretor do Centro de Tecnologia
Faculdade de Direito	Prof. Maurício Feijó Benevides de Magalhães Filho	Diretor da Faculdade de Direito
Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo	Prof. Paulo Rogério Faustino Matos	Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo
Faculdade de Educação	Prof.ª Heulália Charalo Rafante	Diretora da Faculdade de Educação



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem	Prof.ª Lidiany Karla Azevedo Rodrigues Gerage	Diretora da Faculdade de Farmácia, Odontologia, e Enfermagem
Faculdade de Medicina	Prof.ª João Macedo Coelho Filho	Diretor da Faculdade de Medicina
Campus de Sobral	Prof. João Guilherme Nogueira Matias	Diretor do Campus de Sobral
Campus de Quixadá	Prof. Andréia Libório Sampaio	Diretora do Campus de Quixadá
Campus de Crateús	Lívio Antônio Melo Freire	Diretor do Campus de Crateús
Campus de Russas	Prof. Lindberg Lima Gonçalves	Diretor do Campus de Russas
Instituto de Ciências do Mar	Prof.ª Ozilea Bezerra Menezes	Diretora do Instituto de Ciências do Mar
Instituto de Cultura e Arte	Prof. Marco Túlio Ferreira da Costa	Diretor do Instituto de Cultura e Arte
Instituto de Educação Física e Esportes	Profa. Maria Eleni Henrique da Silva	Diretora do Instituto de Educação Física e Esportes
Instituto Universidade Virtual - UFC Virtual	Prof. Gabriel Antoine Louis Paillard	Diretor do Instituto Universidade Virtual -UFC Virtual

4. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As **Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis (DCON) consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal do Ceará, do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e, por consequência, na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

m) Ajustes de Exercícios Anteriores



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFC.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas (NE), podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	151.053.710,29	163.216.602,69	PASSIVO CIRCULANTE	325.841.253,10	129.938.118,29
Caixa e Equivalentes de Caixa	122.989.645,78	130.334.655,62	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	126.598.798,48	95.526.076,85
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	23.129.202,18	12.067.799,93	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.187.446,60	20.904.447,19
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	90,09	90,09
Estoques	4.934.624,02	20.771.863,83	Demais Obrigações a Curto Prazo	195.054.917,93	13.507.504,16
VPDs Pagas Antecipadamente	238,31	42.283,31	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.051.946,03	86.101.511,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.037.410.380,32	1.069.779.298,18	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	2.042.273,52	86.101.511,97
Ativo Realizável a Longo Prazo	375.588,00	0,35	Demais Obrigações a Longo Prazo	9.672,51	-
Créditos a Longo Prazo	375.588,00	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	327.893.199,13	216.039.630,26
Dívida Ativa Não Tributária	5.060.257,92	5.039.389,49	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-4.684.669,92	-5.039.389,49	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	0,35	Resultados Acumulados	860.570.891,48	1.016.956.270,61
Imobilizado	1.036.360.921,20	1.069.310.740,97	Resultado do Exercício	-236.810.497,01	2.160.567,66
Bens Móveis	257.767.886,10	252.112.588,33	Resultados de Exercícios Anteriores	1.016.956.270,61	1.028.220.700,67
Bens Móveis	344.942.231,71	325.856.029,11	Ajustes de Exercícios Anteriores	80.425.117,88	-13.424.997,72
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-87.174.345,61	-73.743.440,78	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	860.570.891,48	1.016.956.270,61
Bens Imóveis	778.593.035,10	817.198.152,64			
Bens Imóveis	794.905.456,58	825.200.377,37			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-16.312.421,48	-8.002.224,73			
Intangível	673.871,12	468.556,86			
Softwares	673.871,12	468.556,86			
Softwares	694.574,18	475.654,71			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-20.703,06	-7.097,85			
TOTAL DO ATIVO	1.188.464.090,61	1.232.995.900,87	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.188.464.090,61	1.232.995.900,87

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	122.989.645,78	130.334.655,62	PASSIVO FINANCEIRO	178.320.133,57	220.615.832,24
ATIVO PERMANENTE	1.065.474.444,83	1.102.661.245,25	PASSIVO PERMANENTE	221.280.976,51	94.679.215,84
			SALDO PATRIMONIAL	788.862.980,53	917.700.852,79



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2019	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	116.639.028,58	101.464.728,48	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	291.819.692,60	324.950.179,84
Execução dos Atos Potenciais Ativos	116.639.028,58	101.464.728,48	Execução dos Atos Potenciais Passivos	291.819.692,60	324.950.179,84
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	8.687.568,30	12.073.094,18	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	101.240.788,35	85.979.178,88	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	130.000,00
Direitos Contratuais a Executar	6.710.671,93	3.412.455,42	Obrigações Contratuais a Executar	291.819.692,60	324.820.179,84
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	116.639.028,58	101.464.728,48	TOTAL	291.819.692,60	324.950.179,84

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-23.642.227,51
Recursos Vinculados	-31.688.260,28
Educação	-3.771.599,31
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-15.184.142,25
Previdência Social (RPPS)	339,69
Receitas Financeiras	-877.653,07
Alienação de Bens e Direitos	437.285,39
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-12.292.490,73
TOTAL	-55.330.487,79

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

6.2 Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	7.900.931,00	7.900.931,00	6.836.857,64	-1.064.073,36
Receita Patrimonial	1.637.189,00	1.637.189,00	1.334.398,74	-302.790,26
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.637.189,00	1.637.189,00	1.334.398,74	-302.790,26
Receita Agropecuária	-	-	1.448,84	1.448,84
Receitas de Serviços	6.181.787,00	6.181.787,00	5.191.123,12	-990.663,88
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.181.787,00	6.181.787,00	5.190.829,28	-990.957,72
Outros Serviços	-	-	293,84	293,84
Outras Receitas Correntes	81.955,00	81.955,00	309.886,94	227.931,94
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.493,00	17.493,00	60.793,71	43.300,71
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	35.325,00	35.325,00	242.614,75	207.289,75
Demais Receitas Correntes	29.137,00	29.137,00	6.478,48	-22.658,52
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	117.700,00	117.700,00
Alienação de Bens	-	-	117.700,00	117.700,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	117.700,00	117.700,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	7.900.931,00	7.900.931,00	6.954.557,64	-946.373,36
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.900.931,00	7.900.931,00	6.954.557,64	-946.373,36
DEFICIT			1.756.237.310,39	1.756.237.310,39
TOTAL	7.900.931,00	7.900.931,00	1.763.191.868,03	1.755.290.937,03

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.593.204.389,00	1.664.033.429,00	1.748.580.788,57	1.711.476.492,79	1.608.352.025,65	-84.547.359,57
Pessoal e Encargos Sociais	1.391.341.691,00	1.463.695.611,00	1.429.525.279,00	1.429.525.279,00	1.332.972.943,10	34.170.332,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	201.862.698,00	200.337.818,00	319.055.509,57	281.951.213,79	275.379.082,55	-118.717.691,57
DESPESAS DE CAPITAL	13.463.184,00	8.483.691,00	14.611.079,46	2.354.400,60	2.353.105,95	-6.127.388,46
Investimentos	13.463.184,00	8.483.691,00	14.611.079,46	2.354.400,60	2.353.105,95	-6.127.388,46
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.606.667.573,00	1.672.517.120,00	1.763.191.868,03	1.713.830.893,39	1.610.705.131,60	-90.674.748,03
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.606.667.573,00	1.672.517.120,00	1.763.191.868,03	1.713.830.893,39	1.610.705.131,60	-90.674.748,03
TOTAL	1.606.667.573,00	1.672.517.120,00	1.763.191.868,03	1.713.830.893,39	1.610.705.131,60	-90.674.748,03



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10.951.652,05	49.510.738,71	37.643.947,03	37.561.542,71	7.623.451,91	15.277.396,14
Pessoal e Encargos Sociais	-	5.068,19	-	-	2.285,31	2.782,88
Outras Despesas Correntes	10.951.652,05	49.505.670,52	37.643.947,03	37.561.542,71	7.621.166,60	15.274.613,26
DESPESAS DE CAPITAL	10.191.168,06	29.615.277,43	26.174.986,22	25.948.444,22	6.309.461,95	7.548.539,32
Investimentos	10.191.168,06	29.615.277,43	26.174.986,22	25.948.444,22	6.309.461,95	7.548.539,32
TOTAL	21.142.820,11	79.126.016,14	63.818.933,25	63.509.986,93	13.932.913,86	22.825.935,46

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	975.758,23	113.288.272,14	113.291.313,06	23.566,37	949.150,94
Pessoal e Encargos Sociais	-	92.648.007,04	92.635.989,32	-	12.017,72
Outras Despesas Correntes	975.758,23	20.640.265,10	20.655.323,74	23.566,37	937.133,22
DESPESAS DE CAPITAL	771.062,57	4.885.456,26	4.241.463,96	-	1.415.054,87
Investimentos	771.062,57	4.885.456,26	4.241.463,96	-	1.415.054,87
TOTAL	1.746.820,80	118.173.728,40	117.532.777,02	23.566,37	2.364.205,81

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

6.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.170.441.937,87	2.100.749.725,84
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	6.526.765,48	6.475.855,92
Venda de Mercadorias	1.448,84	2.226,89
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	6.525.316,64	6.473.629,03
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11.361,38	14.877,27
Juros e Encargos de Mora	6.876,12	14.374,75
Variações Monetárias e Cambiais	4.485,26	502,52
Transferências e Delegações Recebidas	2.026.857.443,24	1.994.022.391,66
Transferências Intragovernamentais	2.019.004.312,06	1.969.582.772,74
Outras Transferências e Delegações Recebidas	7.853.131,18	24.439.618,92
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	134.821.679,56	98.464.072,92
Reavaliação de Ativos	4.838.409,97	17.697.764,29
Ganhos com Incorporação de Ativos	31.495.573,70	80.469.590,98
Ganhos com Desincorporação de Passivos	98.487.695,89	296.717,65
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.224.688,21	1.772.528,07
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	525.812,11	504.621,84
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.698.876,10	1.267.906,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.407.252.434,88	2.098.589.158,18
Pessoal e Encargos	948.431.613,35	902.116.535,30
Remuneração a Pessoal	761.899.283,96	719.703.767,07
Encargos Patronais	140.407.230,57	136.406.874,05
Benefícios a Pessoal	45.636.698,82	45.797.494,18
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	488.400,00	208.400,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	552.511.915,75	527.308.437,04
Aposentadorias e Reformas	439.983.841,01	400.679.822,94
Pensões	111.791.070,15	125.895.813,41
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	737.004,59	732.800,69
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	247.258.737,41	278.907.405,50
Uso de Material de Consumo	43.309.800,34	69.633.921,05
Serviços	180.485.245,04	190.107.248,20
Depreciação, Amortização e Exaustão	23.463.692,03	19.166.236,25
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	47.288,01	8.472,18
Juros e Encargos de Mora	47.288,01	8.296,31
Descontos Financeiros Concedidos	-	175,87
Transferências e Delegações Concedidas	306.284.613,00	242.081.622,70
Transferências Intragovernamentais	243.104.116,10	239.032.911,25
Transferências a Instituições Privadas	92.766,86	95.508,34
Outras Transferências e Delegações Concedidas	63.087.730,04	2.953.203,11
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	304.548.157,83	101.719.827,34
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	598.306,59	7.862.478,31
Perdas com Alienação	439.634,35	-
Perdas Involuntárias	81.637,65	1.576,98
Incorporação de Passivos	272.775.406,61	453.535,72
Desincorporação de Ativos	30.653.172,63	93.402.236,33
Tributárias	3.705.040,82	3.618.158,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.423,24	3.684,54
Contribuições	3.697.617,58	3.614.474,29
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	44.465.068,71	42.828.699,29
Incentivos	44.442.930,50	42.807.738,10
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	22.138,21	20.961,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-236.810.497,01	2.160.567,66

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

6.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	6.954.557,64	6.618.611,21	Despesas Orçamentárias	1.763.191.868,03	1.757.400.491,85
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.359.665.146,56	1.323.150.552,36
Vinculadas	7.002.940,99	6.703.390,45	Vinculadas	403.526.721,47	434.249.939,49
Educação		4.644,00	Educação	12.323.923,85	7.574.230,01
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	83.485.256,42	173.221.349,53
Alienação de Bens e Direitos	117.700,00		Previdência Social (RPPS)	258.054.132,90	219.883.493,24
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.885.240,99	6.698.746,45	Receitas Financeiras	1.269.025,16	1.248.645,87
Recursos a Classificar		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	48.394.383,14	17.438.633,40
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-48.383,35	-84.779,24	Outros Recursos Vinculados a Fundos		14.883.587,44
Transferências Financeiras Recebidas	2.019.004.312,06	1.969.581.972,74	Transferências Financeiras Concedidas	243.104.116,10	239.027.391,25
Resultantes da Execução Orçamentária	1.946.593.684,82	1.895.633.174,57	Resultantes da Execução Orçamentária	231.239.738,96	227.582.611,18
Repasse Recebido	1.716.433.226,85	1.668.103.033,22	Repasse Concedido	9.280,99	2.380,08
Sub-repasse Recebido	230.160.457,97	227.530.141,35	Sub-repasse Concedido	230.160.457,97	227.530.141,35
Independentes da Execução Orçamentária	72.410.627,24	73.948.798,17	Repasse Devolvido	1.070.000,00	50.089,75
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	70.289.545,63	70.687.139,84	Independentes da Execução Orçamentária	11.864.377,14	11.444.780,07
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.121.081,61	3.261.658,33	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	8.015.084,69	9.438.981,67
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas	2.482.266,17	815.345,65
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.367.026,28	1.190.452,75
Recebimentos Extraorçamentários	158.065.205,13	199.452.551,95	Pagamentos Extraorçamentários	185.073.100,54	84.915.409,19
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	103.125.761,79	117.212.854,03	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	117.532.777,02	9.291.783,87
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	49.360.974,64	79.126.016,14	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	63.509.986,93	73.724.080,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.247.145,67	1.971.464,92	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.030.336,59	1.899.066,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.331.323,03	1.142.216,86	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	478,95
Arrecadação de Outra Unidade	1.331.323,03	1.142.216,86	Valores Compensados		439,86
Saldo do Exercício Anterior	130.334.655,62	36.024.812,01	Demais Pagamentos		39,09
Caixa e Equivalentes de Caixa	130.334.655,62	36.024.812,01	Saldo para o Exercício Seguinte	122.989.645,78	130.334.655,62
TOTAL	2.314.358.730,45	2.211.677.947,91	Caixa e Equivalentes de Caixa	122.989.645,78	130.334.655,62
			TOTAL	2.314.358.730,45	2.211.677.947,91

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

6.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.080.304,29	133.160.260,58
INGRESSOS	2.031.419.638,40	1.979.314.265,73
Receitas Derivadas e Originárias	6.836.857,64	6.618.611,21
Receita Patrimonial	1.334.398,74	1.347.344,35
Receita Agropecuária	1.448,84	1.987,89
Receita de Serviços	5.191.123,12	5.126.454,47
Outras Receitas Derivadas e Originárias	309.886,94	142.824,50
Outros Ingressos Operacionais	2.024.582.780,76	1.972.695.654,52
Ingressos Extraorçamentários	4.247.145,67	1.971.464,92
Transferências Financeiras Recebidas	2.019.004.312,06	1.969.581.972,74
Arrecadação de Outra Unidade	1.331.323,03	1.142.216,86
DESEMBOLSOS	-2.006.339.334,11	-1.846.154.005,15
Pessoal e Demais Despesas	-1.615.956.193,77	-1.465.839.783,92
Segurança Pública	-3.448.251,31	-204,90
Assistência Social	-393.713,79	-263.043,00
Previdência Social	-554.109.485,54	-486.426.820,43
Saúde	-91.494.040,90	-103.230.434,26
Educação	-964.030.393,14	-875.404.143,49
Direitos da Cidadania	-1.336.752,14	-14.950,00
Gestão Ambiental	-1.001.977,96	-381.172,81
Ciência e Tecnologia	-65.259,48	-
Organização Agrária	-	-33.994,56
Indústria	-4.727,62	-21.830,47
Encargos Especiais	-71.591,89	-63.190,00
Transferências Concedidas	-143.248.687,65	-139.387.284,96
Intragovernamentais	-143.149.105,09	-139.291.776,62
Outras Transferências Concedidas	-99.582,56	-95.508,34
Outros Desembolsos Operacionais	-247.134.452,69	-240.926.936,27
Dispêndios Extraorçamentários	-4.030.336,59	-1.899.066,07
Transferências Financeiras Concedidas	-243.104.116,10	-239.027.391,25
Valores Compensados	-	-439,86
Demais Pagamentos	-	-39,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-32.425.314,13	-38.850.416,97
INGRESSOS	117.700,00	-
Alienação de Bens	117.700,00	-
DESEMBOLSOS	-32.543.014,13	-38.850.416,97
Aquisição de Ativo Não Circulante	-32.517.474,39	-38.670.896,71
Outros Desembolsos de Investimentos	-25.539,74	-179.520,26
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE	-7.345.009,84	94.309.843,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	130.334.655,62	36.024.812,01
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	122.989.645,78	130.334.655,62

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

7. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, serão apresentadas as considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial (BP) levando em conta as variações mais relevantes durante o exercício de 2019 em relação ao exercício anterior, bem como informações específicas sobre o Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ajustes para Perdas, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Contratuais e Ajustes de Exercícios Anteriores.

7.1 VPDs Pagas Antecipadamente

Os valores registrados nesse grupo são referentes a assinaturas e anuidades a apropriar, pagos antecipadamente na Unidade Gestora (UG) do Hospital Universitário. Como os pagamentos foram feitos de forma antecipada a ocorrência da despesa, em obediência ao princípio da competência, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) são reconhecidas mensalmente. Assim, à medida que o valor desse grupo de contas vai sendo baixado, é registrada como contrapartida uma VPD.

Durante o exercício de 2019, por conta da apropriação das despesas referentes ao ano de 2019, o saldo deste grupo foi praticamente extinto (redução de 99,44%) ao final do exercício de 2019, quando comparado ao exercício de 2018.

7.2 Créditos a curto Prazo

Os créditos a receber de curto prazo apresentaram valores 92% superiores ao final do exercício de 2019, quando comparado ao mesmo período de 2018. Isto deve-se principalmente ao aumento nos valores de adiantamentos de 13º salário referentes ao exercício de 2020, pagos juntamente com a folha de pessoal de dezembro/2019.

Outro fato que contribuiu para o aumento dos créditos a receber de curto prazo foi a realização de adiantamento a prestadores de serviços, fato que não ocorreu em 2018. O adiantamento realizado refere-se ao Contrato Nº 31/2019, celebrado entre a Universidade Federal do Ceará e a Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento a Pesquisas - Fundação ASTEF, que tem por objeto o apoio administrativo-financeiro na execução do projeto intitulado "SINESP BIG DATA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA SEGURANÇA PÚBLICA".

7.3 Créditos a Longo Prazo

O saldo deste grupo ao final do exercício de 2019 apresentou um acréscimo relevante quando comparado com o saldo ao final do exercício de 2018. Este acréscimo é referente a revisão dos valores de Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo, que ocasionou o registro de provisão para perdas em percentual menor que o registrado ao final do exercício de 2018. O detalhamento do cálculo do ajuste para perdas pode ser consultado na Nota Explicativa 7.11 – Ajustes para Perdas – Valores a Receber.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

7.4 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

O saldo desse grupo se refere, em sua maior parte, a valores de salários, remunerações e benefícios a pagar referentes a folha de pagamento de pessoal do mês de dezembro de 2019. Os valores do passivo, referente a folha de pagamento de dezembro/2019, foram baixados no primeiro dia útil de janeiro/2020 com o pagamento da folha de pessoal.

7.5 Demais Obrigações de Curto Prazo

O saldo deste grupo apresentou um acréscimo de 1.344,05% no exercício de 2019, quando comparado ao exercício de 2018. O valor substancialmente superior das obrigações deste grupo ao final do mês de dezembro de 2019, tem como motivo principal, a alteração na forma de contabilização das obrigações de prestar contas, junto aos órgãos descentralizadores de recursos por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), que totalizaram ao final do mês de dezembro/2019 aproximadamente R\$ 183 milhões. Para o ano de 2019, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) alterou a forma de contabilizar as obrigações dessa natureza, que antes eram contabilizadas em contas de controle e passaram a ser contabilizadas no passivo nos órgãos recebedores dos recursos e no ativo nos órgãos descentralizadores. Mais informações sobre essa alteração de procedimento contábil podem ser consultadas na página do tesouro nacional no link: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/677594/Painel+3+-+Impactos+cont%C3%A1beis+da+descentraliza%C3%A7%C3%A3o+externa+de+cr%C3%A9dito/785083ae-c22a-4372-b6f3-ff6f9c5ef4c1>.

7.6 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo

O saldo desse grupo representa 0,17% do total do passivo exigível ao final do exercício de 2019. Durante o ano de 2019 houve uma redução de 97,63% nas obrigações desta natureza em função do desconhecimento de valores a pagar referentes a precatórios de pessoal. Foram identificados e baixados, saldos alongados de obrigações de precatórios reconhecidas no exercício de 2001, cujo pagamento já havia sido efetuado em exercícios anteriores pelos órgãos pertencentes à Justiça Federal, sem a devida baixa da obrigação na UFC.

7.7 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. A UFC, deste o ano de 2017, instituiu comissão permanente de avaliação de bens móveis que passou a, para os bens adquiridos de forma gratuita, realizar avaliação do bem. O valor justo obtido pela avaliação desta comissão é utilizado como base para efetuar o reconhecimento inicial dos bens adquiridos a título gratuito. Após o reconhecimento



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

Em 31/12/2019, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 1.036.360.921,20 relacionados ao imobilizado.

7.7.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão em 31/12/2019 totalizavam R\$ 257.767.886,10 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 1 - Bens Móveis - Composição

	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	141.958.307,26	131.102.238,95	8,28%	55,23%
Bens de Informática	42.459.273,48	38.873.590,09	9,22%	16,52%
Móveis e Utensílios	47.017.906,04	43.818.909,49	7,30%	18,29%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	89.281.939,28	88.104.867,06	1,34%	34,74%
Veículos	22.274.470,03	20.029.839,95	11,21%	8,67%
Bens Móveis em Andamento	1.437.538,35	3.417.839,30	-57,94%	0,56%
Armamentos	2,00	2,00	0,00%	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	112.277,58	109.477,58	2,56%	0,04%
Demais Bens Móveis	400.517,69	399.264,69	0,31%	0,16%
Depreciação / Amortização Acumulada	-87.174.345,61	-73.743.440,78	18,21%	-33,92%
Total	257.022.327,54	252.112.588,33	1,95%	100,00%

Fonte: SIAFI 2019 e SIAFI 2018.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 55,23% referem-se a Máquinas, Equipamentos e Ferramentas. Dentro do Grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o valor mais relevante é referente a Aparelhos, Equipamentos e Utensílios para uso Médico, Odontológico, Laboratorial e Hospitalar, totalizando R\$ 116.096.441,15, o que representa aproximadamente 45% do total de bens móveis.

A maior variação durante o exercício de 2019, em termos percentuais, ocorreu com o grupo Bens Móveis em Andamento. Esta variação é explicada, principalmente, pelo registro contábil referente ao recebimento de bens que estavam com processo de importação em andamento. Quando o processo de importação do bem é concluído, o saldo da conta de bens móveis em andamento é transferido para a conta do ativo imobilizado específica.

7.7.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão em 31/12/2019 totalizavam aproximadamente R\$ 779 milhões e estão distribuídos em três grupos de contas, conforme demonstrado na tabela a seguir.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Tabela 2 - Bens Imóveis - Composição

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	744.598.586,34	753.950.086,84	-1,24%	95,63%
Bens Imóveis em Andamento	50.306.870,24	71.250.290,53	-29,39%	6,46%
Deprec./Acum./Amort. acumulada - Bens Imóveis	-16.312.421,48	-8.002.224,73	103,85%	-2,10%
Total	778.593.035,10	817.198.152,64	-4,72%	100,00%

Fonte: SIAFI 2019 e SIAFI 2018.

Os Bens de Uso Especial correspondem a aproximadamente 96% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFC, perfazendo o montante de aproximadamente R\$ 745 milhões em 31/12/2019 a valores brutos.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme pode ser observado na Tabela 3.

A movimentação mais relevante durante o exercício de 2019 no grupo de bens imóveis foi referente a transferências de bens imóveis da UFC para a Universidade Federal do Cariri (UFCA), no valor total de 37,6 milhões. Estas transferências são referentes aos bens imóveis que foram adquiridos ou construídos no período anterior a criação da UFCA, quando os imóveis pertenciam ao campus da UFC no Cariri.

O aumento relevante, em termos percentuais, da depreciação acumulada dos bens imóveis, deve-se à metodologia utilizada pelo governo federal para cálculo de depreciação desta classe de bens. O Método da Parábola de Kuentzle apresenta menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final de vida útil do bem. O item a.4 apresenta maiores detalhes acerca da metodologia de cálculo da depreciação dos bens imóveis.

A Tabela 3 demonstra a composição do grupo Bens de Uso Especial, com destaque para a conta de Imóveis de Uso Educacional, que representa aproximadamente 69% do total de bens de uso especial.

Tabela 3 - Bens de Uso Especial - Composição

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Imóveis de Uso Educacional	515.609.264,05	516.791.843,11	-0,23%	69,25%
Terrenos, Glebas	187.548.581,84	196.905.255,54	-4,75%	25,19%
Edifícios	26.293.694,36	26.484.219,74	-0,72%	3,53%
Imóveis Residenciais e Comerciais	6.275.811,15	6.275.811,15	0,00%	0,84%
Fazendas, Parques e Reservas	6.009.103,43	6.009.103,43	0,00%	0,81%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	2.862.131,51	1.483.853,87	92,88%	0,38%
Total	744.598.586,34	753.950.086,84	-1,24%	100,00%

Fonte: SIAFI 2019 e SIAFI 2018.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na UFC têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, [Macrofunção 020330](#), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 e no [Manual de Gestão Patrimonial](#), disponível no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; sempre que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Não foi identificada, no período, qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUNET e para os bens móveis é o das quotas constantes. Cabe ressaltar que a UFC não possui bens imóveis não registrados no SPIUNET.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. Este sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

7.7.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do Patrimônio Líquido.

A tabela a seguir detalha todos os ajustes de exercícios anteriores efetuados durante o exercício de 2019 que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado.

Tabela 4 - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado

R\$		
Descrição da Movimentação	Conta Contábil - Contrapartida	VALOR
Correção do valor da depreciação acumulada utilizada na apuração do valor líquido contábil de bens baixados em dezembro/2018	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	3.419,00
Incorporação de bens moveis, inicialmente registrados no sistema de controle patrimonial como bens de terceiros, mas que, após levantamento realizado pela Divisão de Patrimônio, identificou-se que são atualmente pertencentes ao patrimônio da UFC, tendo o fato gerador da transferência de posse, ocorrido em exercícios anteriores.	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	5.774,00
	MOBILIARIO EM GERAL	7.134,00
	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	59.363,00
	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	30.361,00
	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	102,00
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	19.770,00
	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	1.151,00
	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	1.621,00
	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	8.745,00
	EQUIPAM/UTENSÍLIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	169.521,00



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	333.748,00
Estorno de depreciação de bens móveis pertencentes a terceiros, indevidamente registrada em exercícios anteriores, por conta de inconsistência no relatório de depreciação emitido pelo Sistema de Controle Patrimonial.	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	337.697,96
Baixa de bem de terceiros indevidamente incorporado ao ativo imobilizado, por ocasião da realização de inventário em exercício anterior.	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	- 228,00
Complemento da baixa de bens móveis inservíveis, registrada em exercício anterior	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	- 2,60
Complemento da baixa de bens móveis inservíveis, registrada em exercício anterior	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	- 0,80
Complemento da baixa de bens móveis inservíveis, registrada em exercício anterior	MOBILIARIO EM GERAL	- 0,60
Complemento da baixa de bens móveis inservíveis, registrada em exercício anterior	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	- 0,60
Estorno do registro contábil de incorporação de despesas com serviço de treinamento de solução de ti, indevidamente incorporadas ao ativo imobilizado em exercício anterior.	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	- 43.500,00
Baixa de bens indevidamente incorporados ao ativo imobilizado em exercícios anteriores	MOBILIARIO EM GERAL	648,00
Registro de depreciação de bens móveis referente a exercícios anteriores	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	- 5.625,40
Baixa de valores registrado em conta de Obras em Andamento cuja obra já foi concluída, com o saldo transferido para conta definitiva de bens imóveis	OBRAS EM ANDAMENTO	- 19.247,08
Ajuste no saldo da conta do ativo imobilizado referente a materiais bibliográficos com base nos valores apresentados no sistema de controle patrimonial das bibliotecas	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	905.895,39
TOTAL		1.816.345,27

Fonte: SIAFI, 2019.

7.8 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros. Não existem ativos intangíveis obtidos a título gratuito compondo o patrimônio deste Órgão.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Durante o segundo trimestre de 2017, foram revisados todos os ativos intangíveis reconhecidos, com o objetivo de identificar algum evento que ensejasse em alteração da vida útil ou perda por redução ao valor recuperável. Atualmente, todos os valores registrados no Ativo Intangível são referentes a Softwares.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2019, a UFC apresentou um saldo de R\$ 673.871,12 de ativos intangíveis. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para os períodos 31/12/2018 e 31/12/2019.

Tabela 4 - Intangível - Composição

R\$				
Item	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Software com Vida Útil Definida	48.453,06	69.503,36	-30,29%	7,19%
Software com Vida Útil Indefinida	646.121,12	406.151,35	59,08%	95,88%
Amortização Acumulada	-20.703,06	-7.097,85	191,68%	-3,07%
Total	673.871,12	468.556,86	43,63%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida, que representa 95,88% do grupo. A variação mais relevante ocorrida durante o exercício de 2019 no grupo Ativo Intangível é referente à aquisição de software de controle de rede Wi-fi, no valor de R\$ 206.969,77, classificado como software com vida útil indefinida.

A tabela 5 detalha as informações acerca da vida útil dos Softwares com Vida Útil Definida.

Tabela 5 - Vida útil do Software

R\$					
Software	Valor bruto(R\$)	vida útil total em meses	valor amortizado(R\$)	meses amortizados	Valor Líquido Contábil em 31/12/2019(R\$)
Licença de um Software para elaboração de orçamento e acompanhamento de obras e reformas (SEOBRA), com cinco postos de utilização simultâneos, por um período de três anos.	7.199,70	39	1.199,95	6	5.999,75
04 Licenças do Software Banco de Dados SQL Server, com validade de 03 anos e 16 Licenças do Software Windows Server Standard também com validade de 03 anos. Ambos os softwares são de interesse da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e foram adquiridos através do Pregão 89/2017	36.503,36	36	19.265,66	19	17.237,70
Pacote com 14 Softwares especializados em mineração e engenharia civil, utilizados nos laboratórios de engenharias do Campus da UFC em Crateús.	4.750,00	60	237,50	3	4.512,50
Total	48.453,06		20.703,11		27.749,95

Fonte: SIAFI, 2019 e SIAFI 2018.

7.8.1 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

Durante o exercício de 2019 não foram identificados softwares em situação de imparidade.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

7.8.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Durante o exercício de 2019 não foram realizados registros contábeis de ajustes de exercícios anteriores tendo como contrapartida as contas do grupo Ativo Intangível.

7.9 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2019, o Órgão apresentou um saldo em aberto de R\$ 4.187.446,60 relacionados com fornecedores e contas a pagar. A seguir, apresenta-se a Tabela 6, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 6 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

			R\$
Item	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Curto Prazo	4.187.446,60	20.904.447,19	-79,97%
Nacionais	3.543.454,30	18.017.473,21	-80,33%
Estrangeiros	643.992,30	2.886.973,98	-77,69%
Total	4.187.446,60	20.904.447,19	-79,97%

Fonte: SIAFI, 2019 e SIAFI 2018.

A totalidade de fornecedores e contas a pagar ao final do exercício de 2019 é composta por compromissos de curto prazo, sendo a maior parte integrante de valores destinado a Credores Nacionais. Percebe-se que houve uma redução de aproximadamente 80% dos valores pendentes de pagamento ao final do exercício de 2019 quando comparado ao mesmo período do exercício de 2018. Isso deve-se ao recebimento de recursos financeiros do tesouro nacional durante o mês de dezembro, o que possibilitou o pagamento das despesas liquidadas no decorrer do referido mês ainda no exercício de 2019.

Na Tabela 7 são apresentados os valores de fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante na data base de 31/12/2019.

Tabela 7 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	31/12/2019	AV (%)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	2.424.703,92	57,90%
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANDIDIO	1.213.307,07	28,97%
MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	549.435,61	13,12%
Total	4.187.446,60	100,00%

Fonte: SIAFI 2019.

A unidade gestora da UFC apresentou o maior volume de obrigações com fornecedores e contas a pagar ao final do mês de dezembro/2019 (57,90% do total), o que se justifica devido ao maior volume de execução orçamentária na referida unidade gestora.

Na Tabela 8 relacionam-se os 10 fornecedores com valores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2019.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Tabela 8 - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor

		R\$
Fornecedor	31/12/2019	AV (%)
PR3 COMERCIO E SERVICOS DIGITAIS LTDA	899.912,72	21,49%
MULTEMPREX COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTACAO, EVENTOS	645.606,33	15,42%
EQUILAB, INC	643.992,30	15,38%
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	336.131,51	8,03%
GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPA	212.000,00	5,06%
HOSPINOVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	121.964,24	2,91%
ENDO MEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO COMERCIAL LTDA	104.400,00	2,49%
ARQUIPIX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS CORPORATIVOS EI	93.000,00	2,22%
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.	82.697,51	1,97%
ENGECLINIC SERVICOS LTDA	80.227,53	1,92%
DEMAIS	967.514,46	23,11%
Total	4.187.446,60	100%

Fonte: SIAFI 2019.

Os valores pendentes de pagamentos aos fornecedores: Companhia Energética do Ceará, GE Healthcare do Brasil Comercio e Serviços para Equip., Hospinova Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda, Endo Medical Importação e Exportação Comercial Ltda, Arquipix Industria e Comercio de Moveis Corporativos, são referentes a despesas liquidadas durante o mês de dezembro/2019 nas unidades gestoras do Hospital Universitário e da Maternidade Escola, que até o encerramento do exercício de 2019, estavam aguardando recebimento de descentralização de recursos financeiros para pagamento.

Os valores pendentes de pagamento a Equilab Inc. referem-se ao saldo de liquidação feita em 2018 relacionada à importação de equipamento. O pagamento já foi realizado em 2019 e o valor pendente de pagamento será cancelado, uma vez que não restam valores a pagar ao fornecedor.

Encontram-se pendentes há longa data:

PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda – EPP: os valores em aberto são decorrentes do Pregão nº 119/2011, cujo objeto foi o registro de preços para aquisição e instalação do sistema de sonorização para auditórios, anfiteatros, concha acústica e outros espaços da Universidade Federal do Ceará, nos Campi da Capital (Fortaleza) e Interior do Estado do Ceará, incluindo material e mão de obra. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso em decorrência de recomendação feita pela Controladoria Geral da União (CGU), em face de trabalho de auditoria.

MULTEMPREX Comercio e Serviços de Alimentação, Eventos: os valores em aberto são decorrentes da dispensa de licitação nº 83/2011, cujo objeto foi a contratação de empresa para o fornecimento de refeições. O valor pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso para que o crédito em favor da empresa seja utilizado para abater dívida da mesma, apurada em decorrência de processo de tomada de contas especial nº 017.774/2012-35 e recomendação feita pela CGU, em face de trabalho de auditoria. Os valores que se encontravam retidos foram baixados no início do exercício de 2020, em razão do Acórdão TCU nº 2292/2019 que determinou a retenção definitiva dos valores.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC.: os valores pendentes de pagamentos são referentes a faturas liquidadas no exercício de 2015 que tiveram questionamento em relação ao valor devido, sendo solicitada a suspensão dos pagamentos.

7.10 Obrigações Contratuais a Executar

Em 31/12/2019, a UFC possuía um saldo de R\$ 291.819.692,60 de obrigações contratuais relacionadas às parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s). A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 9 - Obrigações Contratuais - Composição

Tipos de Obrigações	R\$			
	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	2.770.516,95	4.338.763,15	-36,15%	0,95%
Fornecimento de Bens	43.713.246,59	54.008.518,15	-19,06%	14,98%
Seguros	478.641,79	478.641,80	0,00%	0,16%
Serviços	244.857.287,27	265.994.256,74	-7,95%	83,91%
Total	291.819.692,60	324.820.179,84	-10,16%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019/2018.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 83,91% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final do mês de dezembro/2019 e sofreram uma redução de 7,95% em relação ao final do exercício de 2018.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 10 que contém os valores por unidades gestoras contratantes com data base de 31/12/2019.

Tabela 10 - Obrigações Contratuais - por Unidade Gestora Contratante

UNIDADE GESTORA	R\$	
	31/12/2019	AV (%)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	206.681.379,78	70,83%
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO	66.982.900,11	22,95%
MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND	18.155.412,71	6,22%
Total	291.819.692,60	100,00%

Fonte: SIAFI 2019.

A unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável por 70,83% do total contratado. Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os 08 (oito) contratos mais relevantes na perspectiva financeira e o saldo a executar, na data base de 31/12/2019.

Tabela 11 - Obrigações Contratuais - por Contrato

Descrição do Contratado		R\$	
		31/12/2019	AV (%)
Contratado(a) A:	ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	21.906.715,03	7,51%
Contratado(a) B:	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	16.730.245,93	5,73%
Contratado(a) C:	CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA	14.649.411,77	5,02%
Contratado(a) D:	CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO	12.397.043,41	4,25%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Contratado(a) E:	SULCLEAN SERVICOS LTDA	11.885.176,60	4,07%
Contratado(a) F:	SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA	9.804.515,35	3,36%
Contratado(a) G:	CONSTRUTORA PORTO LTDA – EPP	9.002.053,38	3,08%
Contratado(a) H:	RCS TECNOLOGIA LTDA	8.927.829,25	3,06%
Demais Contratos do Órgão		186.516.701,88	63,92%
TOTAL		291.819.692,60	100,00%

Fonte: SIAFI 2019.

Os contratos celebrados com os contratados A, B, C e D representam 22,51% do total de obrigações contratuais do Órgão. Dos quatro valores mais relevantes da Tabela 11, as obrigações contratuais com a empresa ISM Gomes de Matos Eireli e com Companhia Energética do Ceará são referentes a contratos celebrados pelas três unidades gestoras (Hospital Universitário, Maternidade Escola e UFC), cujo objeto é o fornecimento de refeições, na contratada A e de energia elétrica, no caso da contratada B. Os contratos celebrados com Criart Serviços de Terceirização de Mão, Serviarm Serviço de Vigilância Armada e Cetrede – Centro de Treinamento e Desenvolvimento foram celebrados pela unidade gestora da UFC. A seguir são fornecidas mais informações acerca deles:

Contratada A: ISM Gomes de Matos Eireli – referente a 3 contratos cujo objeto é o fornecimento de refeições prontas, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 12 - Contratos Vigentes - ISM Gomes de Matos Eireli

Contrato	Objeto	Unidade gestora contratante	Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo
39/2018	Fornecimento de refeições prontas para o restaurante universitário do campus de Russas	Universidade Federal do Ceará	04/06/2019 a 04/06/2020 data da ass.: 03/06/2019
15/2017	Fornecimento de alimentação hospitalar	Hospital Universitário Walter Cantídio e Maternidade Escola Assis Chateaubriand	03/04/2019 a 02/04/2020 data da ass.: 29/03/2019
43/2017	Fornecimento de refeições prontas para os restaurantes universitários dos campi de Fortaleza, Sobral e Quixadá	Universidade Federal do Ceará	10/11/2019 a 10/11/2020 data da ass.: 02/10/2019

Fonte: SIASG 2019

Contratada B: Companhia Energética do Ceará – referente a 06 (seis) contratos cujo objetos são o fornecimento de energia elétrica, conforme detalhados na tabela a seguir:

Tabela 13 – Contratos Vigentes - Companhia Energética do Ceará

Contrato	Objeto	Unidade gestora contratante	Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo
01/2017	Fornecimento de Energia Elétrica	Maternidade Escola Assis Chateaubriand	02/02/2019 a 01/02/2020 data da ass.: 31/01/2019
15/2017	Fornecimento de Energia Elétrica	Hospital Universitário Walter Cantídio e Maternidade Escola Assis Chateaubriand	02/02/2019 a 02/02/2020 data da ass.: 29/01/2019
19/2017	Fornecimento de Energia Elétrica - média tensão	Universidade Federal do Ceará	07/04/2019 a 07/04/2020 data da ass.: 05/04/2019
21/2017	Fornecimento de Energia Elétrica - baixa tensão	Universidade Federal do Ceará	18/04/2019 a 18/04/2020 data da ass.: 16/04/2019
20/2017	Fornecimento de Energia Elétrica - grupo B	Universidade Federal do Ceará	18/04/2019 a 18/04/2020 data da ass.: 16/04/2019
21/2019	Fornecimento de Energia Elétrica	Universidade Federal do Ceará	22/03/2019 a 22/03/2020 data da ass.: 22/03/2019



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Fonte: SIASG 2019.

Contratada C: Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra - refere-se a 03 contratos cujo objeto é a contratação de serviços de terceirização de mão de obra. Segue tabela com informações individualizadas por contrato:

Tabela 14 – Contratos Vigentes - Criart Serviços de Terceirização de mão de obra

Contrato	Objeto	Data da vigência do contrato e data da assinatura do contrato/termo aditivo
05/2016	Apoio Administrativo	03/02/2019 a 03/02/2020 data da ass.: 14/01/2019
37/2019	Apoio Administrativo	16/07/2019 a 16/07/2020 data da ass.: 12/07/2019
89/2014	Serviços Auxiliares - Agropecuária	01/11/2019 a 01/11/2020 data da ass.: 31/10/2019

Fonte: SIASG 2019.

Contratado D: CETREDE - CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – refere-se ao contrato nº 38/2018 cujo objeto é a contratação de serviços de assessoramento do processo de avaliação pedagógica das obras didáticas e literárias destinadas aos estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental (PNLD 2020) das escolas da educação básica pública, no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, no valor total de R\$ 4.341.669,00, vigência: 07/06/2018 a 07/03/2020. Conforme pode-se observar na Tabela 11, o valor de contratos a executar apresenta-se superior ao valor do contrato nº 38/2018, devido a manutenção de saldos alongados, em função da falta de realização da baixa dos saldos remanescentes de contratos já encerrados.

7.11 Ajuste para perdas - Valores a Receber

Conforme recomendação do Manual SIAFI – Macrofunção 020342, os ajustes para perdas estimadas em créditos a receber é calculado tendo como base o histórico de recebimentos passados. O cálculo foi individualizado por conta contábil. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se esse resultado do saldo atualizado da conta valores a receber.

A equação que representa o cálculo da Perda Estimada é

$$\text{Perda Estimada} = \text{Saldo de valores a receber} - (\text{Quociente médio de recebimentos} \times \text{Saldo da contas valores a receber})$$

A seguir, são apresentadas tabelas com a memória de cálculo da perda estimada. Utilizou-se o histórico de recebimentos dos anos de 2016, 2017 e 2018. Para algumas contas, por não haver movimentação em todos os últimos três exercícios, utilizou-se o histórico do período em que a conta apresentou movimentação.

Os valores das perdas estimadas são recalculados mensalmente com base no histórico de perdas dos últimos três anos.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Tabela 15 - Quocientes de Recebimentos

Código da Conta Contábil	Conta Contábil	Percentual de recebimento			Média percentual de recebimento
		2016	2017	2018	
113810100	Aluguéis a receber	84,16	0,00	0,00	28,05
113810500	Créditos a receber por pagamento em duplicidade	100,00	0,00	0,00	33,33
113810700	Créditos a receber decorrentes de infrações	26,67	90,40	0,00	39,02
113811200	Créditos a receber por cessão de pessoal	82,12	80,99	100,00	87,70
113819900	Outros Créditos a Receber e valores a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
113840100	Aluguéis a receber - Inter estado	0,00	0,00	0,00	0,00
113841200	Créditos a receber por cessão de pessoal - estado	71,79	73,35	82,02	75,72
113850100	Aluguéis a receber - inter município	0,00	0,00	0,00	0,00
113851200	Créditos a receber por cessão de pessoal - município	43,07	42,79	59,75	48,54
121110500	Dívida ativa não tributária	32,27	0,00	0,51	10,93
121140500	Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2018, 2017 e 2016.

Tabela 16 - Cálculo da Estimativa de Perda

CONTA CONTÁBIL	% Quociente médio de recebimento (2018, 2017 e 2016)	Saldo da conta contábil em dez/2019	Valor da provisão em dez/2019
Aluguéis a receber	28,05	104.567,65	75.231,38
Créditos a receber por pgto. em duplicidade	33,33	12.379,24	8.252,83
Créditos a receber decorrentes de infrações	39,02	444.445,81	271.001,34
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	-	33.000,00	33.000,00
Aluguéis a receber - inter estado	-	284.907,29	284.907,29
Créditos a receber por cessão de pessoal - estado	75,72	379.224,34	92.076,88
Aluguéis a receber - inter município	-	11.508,00	11.508,00
Créditos a receber por cessão de pessoal – município	48,54	1.168.840,67	601.528,33
Dívida ativa não tributária	10,93	3.437.049,11	3.061.461,11
Dívida ativa não tributária	-	1.623.208,81	1.623.208,81
TOTAL		7.373.311,92	6.062.175,98

Fonte: SIAFI, 2019.

7.12 Ajustes para Perdas - Estoques

Para subsidiar o cálculo do valor de perdas com estoques na UFC foi utilizado relatório do Sistema de Gestão de Almoxarifado (SIPAC) com o histórico de baixas por perdas de estoque. Nos últimos três anos, o total de perdas de estoques foi de R\$ 557,70. Assim, a média de perdas com estoque anual é de R\$ 185,90 que representa 0,0013% do saldo da conta de Estoques de Material de Consumo do mês de dezembro de 2019. Logo, pela irrelevância do valor histórico de perdas, optou-se por não registrar provisão de perdas para estoques.

7.13 Ajuste de Exercícios Anteriores

Na Tabela 17 é apresentado um resumo da movimentação da conta de ajuste de exercícios anteriores durante o exercício de 2019.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Tabela 17 – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

R\$

Ajustes de Exercícios Anteriores – Quadro Resumo	
Descrição do Lançamento	Valor
Saldo Inicial	- 13.424.997,72
Lançamento credor feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente a reclassificação dos saldos da conta ajuste de exercícios anteriores da administração direta, autarquias, fundações e fundos para a conta superávits ou déficits de exercícios anteriores (mês de abertura)	13.424.997,72
Baixa de saldos irrisórios reconhecidos em contas do ativo em exercícios anteriores	- 0,35
Reconhecimento de passivos com fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores	- 5.879.083,32
Atualização de créditos a receber referente a fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores	24.492,83
Desreconhecimento de valor a receber por ocasião de cessão de pessoal, indevidamente registrado no exercício anterior	- 331.389,10
Ajustes de exercícios anteriores que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado (ver nota explicativa específica)	1.816.345,27
Reconhecimento de valores a receber por cessão de pessoal ativo referente ao exercício anterior	2.414,91
Desreconhecimento de passivos referentes a precatórios de pessoal que já haviam sido pagos em exercícios anteriores (ver Nota Explicativa Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo)	84.620.368,05
Dereconhecimento de passivos reconhecidos em exercícios anteriores em razão do cancelamento do saldo do empenho inscrito em Restos a Pagar Processados	171.969,59
Saldo ao final do mês de dezembro/2019	80.425.117,88

Fonte: SIAFI 2019.

8. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

8.1 Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário apurado no exercício de 2019 apresentou déficit de aproximadamente R\$ 1,756 bilhão. Isso decorre da metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário do período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadas no período. A receita arrecadada no período totalizou aproximadamente 6,95 milhões. As despesas do órgão são custeadas em sua quase totalidade com recursos do Tesouro Nacional. O ingresso destes recursos é mais bem evidenciado no item Transferências Financeiras Recebidas da Demonstração de Fluxo de Caixa e no item Outros Ingressos das Operações do Balanço Financeiro.

A Tabela 18 apresenta os valores das receitas e despesas previstas e executadas por categoria econômica.

Tabela 18 – Previsão e Execução de Receitas e Despesas

Balanço Orçamentário	Previsão/Fixação(R\$)	Realização/Execução (R\$)	Real/Exec	AV
Receitas Correntes	7.900.931,00	6.836.857,64	86,53%	98,31%
Receitas de Capital	0	117.700,00		1,69%
Total das Receitas	7.900.931,00	6.954.557,64	88,02%	100,00%
Despesas Correntes	1.664.033.429,00	1.748.580.788,57	105,08%	99,17%
Despesas de Capital	8.483.691,00	14.611.079,46	172,23%	0,83%
Total das Despesas	1.672.517.120,00	1.763.191.868,03	105,42%	100,00%
Superávit/(Déficit)		-1.756.237.310,39		

Fonte: SIAFI, 2019.

8.2 Execução das Receitas

8.2.1 Receitas Correntes



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

O total de receitas arrecadadas no exercício de 2019 foi de R\$ 6.954.557,64. As receitas correntes representam aproximadamente 98% das receitas arrecadas no período.

Dentre as receitas correntes, o valor mais relevante é referente às receitas de serviços de hospedagem e alimentação. Conforme pode-se observar na Tabela 19, as receitas deste tipo correspondem a aproximadamente 32,41% das receitas correntes arrecadas em 2019 e são decorrentes do pagamento de taxas do restaurante universitário.

A Tabela 19 apresenta o detalhamento das receitas arrecadadas no exercício de 2019 por tipo de arrecadação. Essa classificação é proveniente do código de recolhimento utilizado nas Guias de Recolhimento da União (GRU).

Tabela 19 - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição

Tipo de arrecadação		Valor arrecadado em 2019 (R\$)	AV (%)
1	Serviços de hospedagem e alimentação	2.285.534,70	32,86%
2	Intra-serviços de estudos e pesquisas	1.378.657,07	19,82%
3	Aluguéis	1.334.398,74	19,19%
4	Serviços administrativos	918.214,51	13,20%
5	Serviços de estudos e pesquisas	313.200,00	4,50%
6	Taxa de inscrição em concurso publico	271.143,00	3,90%
7	Outros ressarcimentos	125.371,51	1,80%
8	Receita própria recuperadas despesas de exercício anterior	67.209,64	0,97%
9	Alienação de veículos	47.500,00	0,68%
10	Demais receitas	213.328,47	3,07%
Total		6.954.557,64	100,00%

Fonte: SIAFI 2019.

Quando se compara a receita prevista com a arrecada, o tipo de receita que apresentou melhor desempenho de arrecadação no exercício de 2019, em termos percentuais, foi com Indenizações, Restituições e Ressarcimentos. Durante o ano de 2019, arrecadou-se 686,81% do valor previsto. Embora tenham apresentado um bom desempenho de arrecadação, as receitas desse tipo são pouco representativas em relação ao total de receitas, representando apenas 3,49% do total arrecadado no ano de 2019.

8.2.2 Receitas de Capital

Durante o exercício de 2019 foram arrecadados R\$ 117.700,00 referentes a receitas de capital, provenientes da alienação de bens móveis inservíveis por meio de leilão. Não houve estimativa para arrecadação de receitas desta natureza em 2019 por, inicialmente, não haver previsão de realização de leilão em 2019. A receita arrecadada em 2019 refere-se a leilão que tinha expectativa de realização durante o exercício de 2018.

8.3 Execução das Despesas

8.3.1 Despesas Correntes



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

O total das despesas empenhadas no exercício de 2019 foi de R\$ 1.763.191.868,03. As despesas correntes foram empenhadas no montante de R\$ 1.748.580.788,57 e representam 99,17% do total das despesas. A Tabela 20 relaciona em ordem decrescente o valor das despesas correntes empenhadas durante o ano de 2019 por grupo de despesas e por natureza de despesa.

Tabela 20 - Despesas Correntes – Composição

Seq.	Grupo de Despesas	Natureza de Despesa	Valor Empenhado em 2019(R\$)	AV
1	Pessoal e encargos sociais	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	707.689.920,08	40,14%
2	Pessoal e encargos sociais	Aposent. RPPS, reserva remunerada e Refor. militar	429.550.634,58	24,36%
3	Pessoal e encargos sociais	Obrigações patronais - op. intra-orçamentárias	138.276.728,07	7,84%
4	Pessoal e encargos sociais	Pensões do RPPS e do militar	111.373.478,32	6,32%
5	Outras despesas correntes	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	95.166.678,74	5,40%
6	Outras despesas correntes	Locação de mão-de-obra	80.478.032,59	4,56%
7	Outras despesas correntes	Material de consumo	34.671.961,44	1,97%
8	Outras despesas correntes	Auxílio-alimentação	29.241.002,05	1,66%
9	Outras despesas correntes	Auxílio financeiro a estudantes	25.665.047,33	1,46%
10	Outras despesas correntes	Outros auxílios financeiros a pessoa física	18.393.597,26	1,04%
Outras despesas			92.684.787,57	5,26%
Total			1.763.191.868,03	100,00%

Fonte: SIAFI 2019.

Os quatro principais tipos de despesas correntes são referentes a despesas com pessoal e encargos sociais e juntas correspondem a aproximadamente 79% do total das despesas correntes empenhadas no exercício de 2019.

Uma particularidade do Balanço Orçamentário é que ele traz na coluna de despesas empenhadas todo o valor executado no órgão, seja relativo à dotação da sua própria Lei Orçamentária ou proveniente da Lei Orçamentária de outros órgãos, que são dotações recebidas em função da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) e instrumentos afins.

A Tabela 21 demonstra os valores das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2019 por origem do orçamento:

Tabela 21 - Despesas Correntes - valores empenhados - por origem do orçamento

Origem do Orçamento	Valor Empenhado em 2019(R\$)	AV
Universidade Federal do Ceará	1.631.204.747,41	92,51%
Ministério da Saúde	83.286.912,02	4,72%
Ministério da Educação	27.841.918,94	1,58%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	7.906.536,97	0,45%
Fundo Nacional de Segurança Pública	4.708.253,00	0,27%
Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível superior	3.187.689,47	0,18%
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	2.277.226,40	0,13%
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.375.204,70	0,08%
Ministério da Cidadania	573.903,00	0,03%
Agência Nacional de Águas	518.800,00	0,03%
Ministério da Ciência, Tecnol., Inov. e Comunicações	189.000,00	0,01%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	121.676,12	0,01%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Total	1.763.191.868,03	100%
-------	------------------	------

Fonte: SIAFI 2019.

Por outro lado, existem valores que compõem a coluna da dotação atualizada, ou seja, são pertencentes ao orçamento do órgão, mas quando empenhados não são somados às despesas empenhadas por serem executadas por outros órgãos. A Tabela 22 demonstra esses valores, segregando-os por órgãos executores.

Tabela 22 - Valores empenhados - por outros órgãos

Órgão Executor	Grupo de Despesas	Valor Empenhado em 2019(R\$)
Justiça Federal	Pessoal e Encargos Sociais	7.978.519,32
	Outras Despesas Correntes	567.277,25
Justiça do Trabalho	Pessoal e Encargos Sociais	56.335,00
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Outras Despesas Correntes	5.888,00
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	Outras Despesas Correntes	3.392,99
Total		8.611.412,56

Fonte: SIAFI, 2019.

Os valores de R\$ 8.545.796,57 e R\$ 56.335,00, que foram executados pela Justiça Federal e Justiça do Trabalho, respectivamente, foram previstos no orçamento da UFC para pagamento de sentenças judiciais. Estas dotações são descentralizadas para órgãos da justiça, onde são executadas.

O valor de R\$ 5.888,00 e 3.392,99, pertencentes ao orçamento da UFC, executados pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), respectivamente, são referentes ao pagamento de despesas com serviços de seleção e treinamento, pagos a servidores dos mencionados órgãos que ministraram atividades de capacitação na UFC.

8.3.2 Despesas de Capital

O Percentual executado das despesas de capital no exercício de 2019 corresponde a 172,23% do total da dotação da UFC para o exercício de 2019. Como já mencionado anteriormente, a execução orçamentária em valor acima da dotação orçamentária do órgão, deve-se ao recebimento de recursos orçamentários descentralizados por outros órgãos e executados pela UFC. A Tabela 23 detalha os valores empenhados referente a despesas de capital por origem do orçamento e natureza de despesa.

Tabela 23 - Execução de despesas de capital

Origem do Orçamento	Natureza de despesa	Valor Empenhado em 2019(R\$)	AV
Universidade Federal do Ceará	Material de consumo	20.789,74	0,14%
	Serviços de tecnologia da Informação e comunicação - PJ	4.750,00	0,03%
	Obras e instalações	1.361.894,05	9,32%
	Equipamentos e material permanente	7.066.787,87	48,37%
Ministério da Justiça e Segurança pública	Equipamentos e material permanente	1.532.778,44	10,49%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Ministério da Educação	Equipamentos e material permanente	4.077.028,24	27,90%
Ministério da Cidadania	Obras e instalações	50.000,00	0,34%
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	Equipamentos e material permanente	497.051,12	3,40%
TOTAL		14.611.079,46	100,00%

Fonte: SIAFI 2019

8.4 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

A Universidade Federal do Ceará (UFC), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), possui em sua execução orçamentária de restos a pagar, dotações orçamentárias próprias e dotações de outros órgãos. Essas últimas dotações são provenientes de Termos de Execução Descentralizada (TED) e instrumentos afins. A Tabela 24 apresenta o detalhamento dos restos a pagar inscritos, que é o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2019, referente a empenhos de 2018 e de exercícios anteriores, e os valores ainda não liquidados, ou seja, o estoque de restos a pagar em 31/12/2019.

Tabela 24 - Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado

Órgão superior da UO	Unidade Orçamentária (UO)	Total Inscrito(R\$)[1]	Restos a Pagar não Processados a Pagar a liquidar em 31/12/2019	AV
Minist. da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Secretaria Especial de Aquicultura e pesca	2.595.755,55	2.552.855,55	11,34%
Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	Secretaria Nac. de Políticas p/Mulheres - SPM	2.021.226,00	677.047,86	3,01%
Minist. da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	Minist. da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações	79.986,00	0,00	0,00%
Ministério da Cidadania	Ministério da Cidadania	57.911,00	0,00	0,00%
	Ministério do Esporte	990.065,14	0,00	0,00%
Ministério da Educação	Empresa Brasileira de Serv. Hospitalares - EBSEH	6.986.280,06	691.829,18	3,07%
	Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	1.153.618,71	273.641,88	1,22%
	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2.801.232,60	0,00	0,00%
	Hospital Universitário Walter Cantídio	259.016,90	1.965,26	0,01%
	Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia do Ceará	313.329,01	135.751,32	0,60%
	Instituto Nacional de Educação de Surdos	48.443,80	0,00	0,00%
	Maternidade Assis Chateaubrian	9.713,19	1.291,06	0,01%
	Ministério da Educação	10.767.525,50	3.111.476,99	13,82%
	Universidade Federal do Cariri - UFCA	33.141,73	0,00	0,00%
	Universidade Federal do Ceará	42.248.959,54	6.082.396,10	27,01%
	Universidade Federal do Espírito Santo	2.562,96	0,00	0,00%
	Agência Nacional de Vigilância Sanitária	62.785,60	8.410,60	0,04%
Ministério da Saúde	Fundo Nacional de Saúde	28.294.765,31	7.952.255,10	35,32%
Ministério de Minas e Energia	Agência Nacional de Mineração	10.489,62	0,00	0,00%
Ministério do Desenvolvimento Regional	Agência nacional de Águas (ANA)	1.505.028,03	1.028.068,24	4,57%
Presidência da República	Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	27.000,00	0,00	0,00%
TOTAL		100.268.836,25	22.516.989,14	100%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Quanto ao estoque de Restos a Pagar ao final do exercício de 2019, apresentado na Tabela 24, 27,01% é oriundo de dotações pertencentes ao orçamento da própria da UFC, subordinada ao Ministério da Educação (MEC). Também merece destaque o fato de que 35,32% do total do estoque de restos a pagar não processados a pagar em 31/12/2019 são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde.

O gráfico a seguir traz um resumo da execução de Restos a Pagar não Processados (RPNP) durante o exercício de 2019, segregando-se os valores empenhados no exercício de 2018 e em exercícios anteriores a 2018.

Gráfico 1 - Execução de RPNP por ano de emissão da Nota de Empenho



Fonte: Elaborado com base em dados obtidos no Tesouro Gerencial, 2019

Conforme demonstrado no Gráfico 1, o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2019 era composto por um valor maior de empenhos inscritos em 2018, totalizando aproximadamente 79 milhões, o que é equivalente a 79% do estoque total de RPNP no início do exercício de 2019. Durante o exercício de 2019 foram efetuados pagamentos de RPNP no valor de aproximadamente 63,5 milhões, sendo 57,47 milhões referentes a empenhos de 2018.

Ao final do exercício de 2019 o estoque a pagar de RPNP totalizou aproximadamente 22,83 milhões, o que demonstra uma redução de 77% em relação ao estoque no início do exercício de 2019.

Em relação ao cancelamento de empenhos inscritos em restos a pagar não processados, houve um cancelamento bem maior, aproximadamente 13,29 milhões (95%) de empenhos emitidos em exercícios anteriores a 2018.

O cancelamento maior de empenhos inscritos em exercícios anteriores a 2018 deve-se principalmente à mudança no prazo de vigência dos empenhos custeados com recursos da educação



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

inscritos em RPNP. Com o advento do decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018 foram alteradas as situações de excepcionalidades legais quanto à validade de empenhos inscritos em RPNP. Com esse decreto, permanecem válidos, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os restos a pagar não processados que se refiram somente às despesas custeadas com recursos do Ministério da Saúde (MS) ou decorrentes de emendas individuais impositivas.

De acordo com a regra de transição, definida na alteração da regra de vigência dos RPNP, os empenhos emitidos até 2016 e aqueles emitidos em 2017(não desbloqueados), que não se enquadrem nas exceções elencadas no parágrafo anterior, foram cancelados ao final do ano de 2019. A Tabela 25 detalha a movimentação durante o exercício de 2019 dos empenhos emitidos até 2017.

Tabela 25 - Movimentação de RPNP - empenhos emitidos até 2017

Descrição		Valores em R\$	AV
Estoque de restos a pagar não processados no início do exercício de 2019 referente a empenhos emitidos até 2017	(=)	21.142.820,11	100,00%
Empenhos liquidados durante o exercício de 2019	(-)	6.080.268,49	28,76%
Empenhos cancelados pelo órgão durante o exercício de 2019	(-)	3.858.456,03	18,25%
Empenhos cancelados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 31/12/2019 (mudança no prazo de vigência).	(-)	9.371.318,40	44,32%
Estoque de restos a pagar não processados ao final do exercício de 2019 referente a empenhos emitidos até 2017	(=)	1.832.777,19	8,67%
Empenhos custeados com recursos do Ministério da Saúde (exceção à regra geral de cancelamento de empenhos inscritos em RPNP).		1.538.773,07	7,28%
Empenhos emitidos em 2017 desbloqueados pelo órgão		294.004,12	1,39%

Fonte: SIAFI 2019.

Conforme pode ser observado na Tabela 25, ao final do exercício de 2019 restaram apenas 8,67% do estoque total de RPNP de empenhos emitidos até 2017. Do estoque remanescente ao final do exercício, 7,28% são empenhos custeados com dotações provenientes do Ministério da Saúde (excepcionadas pelo decreto nº 93.872/86). O valor de 294.004,12 (1,39%) é referente a empenhos emitidos em 2017 que foram desbloqueados pelo órgão e deverão ser liquidados até 31/12/2020, quando terão o seu saldo definitivamente cancelado pela STN.

Como mencionado anteriormente, o estoque de RPNP do órgão é composto por empenhos custeados com recursos do próprio órgão e recursos descentralizados por outros órgãos. A Tabela 26 demonstra a execução de restos a pagar por origem de recurso.

Tabela 26 - Restos a Pagar Não Processados - por origem do orçamento executado

						R\$
Unidade Orçamentária	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2019	%
UFC	42.517.689,63	26.247.971,31	26.243.715,95	10.184.065,90	6.089.907,78	26,68%
DEMAIS	57.751.146,62	37.570.961,94	37.266.270,98	3.748.847,96	16.736.027,68	73,32%
TOTAL	100.268.836,25	63.818.933,25	63.509.986,93	13.932.913,86	22.825.935,46	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019.

Conforme Tabela 26, a maior parcela do saldo de empenhos inscritos em RPNP (73,32%) em 31/12/2019 é referente a empenhos custeados com recursos descentralizados por outros órgãos. Dos empenhos custeados com dotações orçamentárias descentralizadas que compõem o estoque de



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

RPNP em 31/12/2019, a parcela mais relevante refere-se a recursos descentralizados pelo Ministério da Saúde, que são executados, em sua maioria, pelas unidades gestoras do Hospital Universitário e da Maternidade Escola. Estas unidades apresentavam em 31/12/2019 o valor aproximado de R\$ 7,65 milhões de empenhos inscritos em RPNP custeados com recursos descentralizados pelo Ministério da Saúde.

Tabela 27 - Restos a Pagar Não Processados inscritos - por Unidade Gestora Executora (UGE)

R\$						
UG Executora	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2019	%
Universidade Federal do Ceará	68.812.075,66	42.875.704,14	42.807.231,87	11.541.764,38	14.463.079,41	63,36%
Hospital Universitário Walter Cantídio	17.878.369,10	9.880.309,24	9.870.600,61	1.737.410,83	6.270.357,66	27,47%
Maternidade Escola Assis Chateaubriand	13.578.391,49	11.062.919,87	10.832.154,45	653.738,65	2.092.498,39	9,17%
Total	100.268.836,25	63.818.933,25	63.509.986,93	13.932.913,86	22.825.935,46	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019.

Conforme Tabela 27, temos que, a unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável pela execução da maior parte dos valores inscritos em restos a pagar, apresentando ao final do exercício de 2019 um saldo equivalente a 63,36% da soma das três unidades gestoras. Cabe acrescentar que nos valores da Tabela 27 estão os restos a pagar referentes aos recursos oriundos do orçamento da UFC e de outros órgãos.

A Tabela 28 mostra a composição dos restos a pagar na UFC por Grupo de Despesa. Constata-se que o grupo de despesa com maior saldo de restos a pagar ao final do exercício de 2019 é o grupo Outras Despesas Correntes (66,92%).

Tabela 28 - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa

R\$						
Grupo de Despesa	Inscritos	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo em 31/12/2019	%
Outras despesas correntes	60.457.322,57	37.643.947,03	7.621.166,60	37.561.542,71	15.274.613,26	66,92%
Investimentos	39.806.445,49	26.174.986,22	6.309.461,95	25.948.444,22	7.548.539,32	33,07%
Pessoal e encargos sociais	5.068,19	0,00	2.285,31	0,00	2.782,88	0,01%
TOTAL	100.268.836,25	63.818.933,25	13.932.913,86	63.509.986,93	22.825.935,46	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019.

9. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2019 na DVP apresentou-se deficitário em R\$ 236.810.497,01. No exercício de 2018, o resultado patrimonial foi superavitário em R\$ 2.160.567,66. Assim, comparando os resultados dos dois períodos, pode-se perceber que houve um acréscimo do déficit no ano de 2019 de 11.060 % em relação a 2018. Este grande acréscimo do déficit foi decorrente, principalmente, da mudança instituída pela STN, na sistemática de prestação de contas dos valores recebidos através de Termos de Execução Descentralizada - TED pela UFC, conforme justificado no [link](#) da Nota Explicativa 7.5 ([Demais Obrigações de Curto Prazo](#)) do Balanço Patrimonial deste documento. A contrapartida do reconhecimento do passivo referente a obrigação de prestação de contas com os órgãos descentralizadores de recursos foi uma VPD. Isto impactou, de forma relevante, o resultado do exercício de 2019.

A Seguir serão detalhados os itens mais relevantes da DVP:

9.1 Transferências e Delegações Recebidas

As Transferências Intragovernamentais Recebidas são as VPAs mais representativas, sendo responsáveis por 93,02% do total acumulado de VPAs durante o exercício de 2019. Estas variações são decorrentes, basicamente, do valor das remessas de recursos financeiros oriundos do Ministério da Educação (MEC) para pagamento de despesas do exercício vigente e de exercícios anteriores. Também compõe a movimentação no período, o recebimento de recursos de órgãos oriundos de outros ministérios, para pagamento de compromissos relacionados a TEDs. O volume de recebimentos de recursos provenientes de outros ministérios é maior no Hospital Universitário e na Maternidade Escola. O reconhecimento dessas VPAs provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta limite de saque que faz parte do grupo do Ativo Circulante.

9.2 Valorização e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

As Variações Patrimoniais Aumentativas desse grupo apresentaram, no exercício de 2019, valores 36,92% superiores ao exercício de 2018. A Tabela 29 demonstra a comparação entre o saldo no mês de dezembro de 2019 com o mesmo período de 2018.

Tabela 29 - Detalhamento do saldo das contas do Grupo Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Conta Contábil	R\$		
	dez/19	dez/18	AH
Ganhos com desincorporação de passivos	98.487.695,89	296.717,65	33092%
Ganhos com incorporação de ativos por descoberta	0,00	15.984,95	-100%
Ganhos com incorporação de ativos por nascimento	4.000,00	7.528,00	-47%
Outros ganhos com incorporação de ativos	31.491.573,70	80.446.078,03	-61%
Reavaliação de bens móveis	4.432,23	0,00	
Reavaliação de bens imóveis	4.833.977,74	17.697.764,29	-73%
Total do Grupo	134.821.679,56	98.464.072,92	36,92%



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Fonte: SIAFI, 2019

Conforme pode ser observado na Tabela 29, em termos percentuais, o fato que mais contribuiu para a variação dos ganhos com desincorporação de passivos, foi a mudança na política contábil de escrituração dos TEDs, que passou a registrar uma desincorporação de passivos em razão da comprovação da prestação de contas. Também houve a transferência da obrigação de pagamento de Precatórios Judiciais para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, fato que também foi responsável pela composição do saldo das desincorporações de passivos durante o exercício de 2019. A variação de saldo do item outros ganhos com incorporação de ativos, deve-se também à redução, durante o exercício de 2019, de incorporação de bens imóveis por ocasião da conclusão de obras, fato que foi mais representativo para essa conta no ano anterior.

9.3 Pessoal e Encargos

Este grupo de VPDs representa 39,40% do total de variações diminutivas registradas no exercício de 2019. Dentro do grupo de Pessoal e Encargos, o item mais relevante é o de Remuneração a Pessoal, onde são registrados os valores de despesas com a folha de pagamento de pessoal ativo. Os valores do grupo Pessoal e Encargos apresentaram um acréscimo de 5,13% quando se compara o saldo ao final do exercício de 2019 com o mesmo período de 2018.

9.4 Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As Variações Patrimoniais desse grupo representam 22,95% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2019. Neste grupo, os valores mais relevantes são referentes a aposentadorias e reformas, onde são registradas as despesas com a folha de pagamento de pessoal inativo. Os valores do grupo apresentaram um acréscimo de 9,81% quando se compara o saldo acumulado no exercício de 2019 com o exercício de 2018.

9.5 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Depreciação, Amortização e Exaustão

As VPDs decorrentes do registro de depreciação e amortização apresentaram valores 22,42% maiores, quando se compara o saldo acumulado no exercício de 2019 com o exercício de 2018. O acréscimo é decorrente do aumento do valor da depreciação de bens imóveis, que teve um crescimento de aproximadamente 158% quando se compara o exercício de 2019 com o exercício anterior. O motivo para acréscimo do valor da depreciação desta classe de bens do ativo imobilizado é detalhado na Nota Explicativa do Ativo Imobilizado, item [Bens Imóveis](#).

9.6 Transferências e Delegações Concedidas

As transferências intragovernamentais concedidas, realizadas durante o exercício de 2019, são responsáveis por 12,72% das VPDs. Estas variações são decorrentes, principalmente, do valor das remessas de recursos financeiros para o Hospital Universitário e para a Maternidade Escola,



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

oriundos do Ministério da Educação (MEC), para pagamento de despesas de folha de pessoal. O reconhecimento destas VPDs provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta limite de saque que faz parte do grupo do Ativo Circulante.

Outro fato que contribuiu para o aumento de 26,52% nas variações patrimoniais do grupo em 2019 em relação ao exercício de 2018, foi a transferência de bens imóveis da UFC para Universidade Federal do Cariri (UFCA) no valor total de 37,6 milhões. A contrapartida desta variação patrimonial diminutiva foi a redução do saldo da conta de bens imóveis, como mencionado na nota explicativa do ativo imobilizado.

9.7 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

As Variações Patrimoniais desse grupo apresentaram um acréscimo de 199,4% quando se compara o saldo acumulado ao final do exercício de 2019 com o mesmo período de 2018. Detalhando-se as movimentações desse grupo, observa-se que, em 2019, as perdas com desincorporação de ativos foram 67,18% menores que as registradas no exercício de 2018. Porém, a maior representatividade nesse grupo foi na conta de Incorporação de Passivos que teve um acréscimo de 60044,19% decorrente, principalmente, da mudança de critério de escrituração contábil dos Termos de Execução Descentralizadas - TEDs.

Com a adoção do novo critério de contabilização, são reconhecimentos passivos nos valores dos termos celebrados com outros órgãos que ainda estejam pendentes de prestação de contas. A contrapartida do reconhecimento desse passivo foi registrada, em sua integralidade como VPD no exercício de 2019, impactando, de forma significativa, o resultado patrimonial do exercício.

10. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes do Balanço Financeiro (BF) do exercício de 2019.

10.1 INGRESSOS: Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias arrecadadas durante o exercício de 2019 totalizaram R\$ 6.954.557,64, que correspondem à 0,30% do total dos ingressos no Órgão nesse período. A pequena participação das Receitas Orçamentárias (receitas próprias) evidencia que a UFC é mantida basicamente por transferências financeiras recebidas através de repasses do Órgão superior (26000 - MEC).

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os ingressos desse grupo correspondem aos ingressos de receitas derivadas e originárias, do fluxo de caixa das operações somados aos ingressos de alienação de bens no fluxo de caixa das atividades de investimento.

10.2 INGRESSOS: Transferências Financeiras Recebidas



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

O montante das transferências recebidas pelo Órgão durante o exercício de 2019 foi de R\$ 2.019.004.312,06 que representa o repasse recebido do Ministério da Educação e de órgãos vinculados a outros ministérios. A Tabela 30 detalha os repasses financeiros recebidos por ministério de origem dos recursos. Nota-se que a quase totalidade dos recursos financeiros recebidos pela UFC em 2019 são oriundos do Ministério da Educação. Estes recursos são utilizados no pagamento das despesas custeadas com fonte de recursos arrecadados pelo tesouro nacional. Os recursos financeiros recebidos de outros ministérios são referentes aos repasses vinculados à TEDs.

Já os sub-repasses concedidos pela unidade gestora da UFC às unidades do Hospital Universitário e Maternidade Escola totalizaram R\$ 230.160.457,97. Também se inclui nas transferências financeiras recebidas, aquelas para pagamento de restos a pagar, no valor de R\$ 70.289.545,63 e movimentações de saldos patrimoniais provenientes de outras unidades gestoras pertencentes ao governo federal, no valor de R\$ 2.121.081,61.

Este grupo corresponde, na Demonstração de Fluxo de Caixa, às transferências financeiras recebidas que fazem parte dos ingressos do fluxo de caixa das atividades das operações.

Tabela 30 - Repasses recebidos em 2019

Ministério de origem dos recursos	Valor recebido em 2019 (R\$)	AH
Ministério da Educação	1.692.232.780,80	98,59%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	11.286.903,08	0,66%
Ministério da Saúde	11.257.916,97	0,66%
Ministério da Cidadania	1.105.626,00	0,06%
Ministério do Desenvolvimento Regional	550.000,00	0,03%
Total dos repasses recebidos	1.716.433.226,85	100,00%

Fonte: SIAFI 2019.

10.3 INGRESSOS: Recebimentos Extraorçamentários

Os ingressos extraorçamentários, no total de R\$ 158.065.205,13, correspondem à 6,83% do total dos ingressos do órgão, sendo o maior montante (103.125.761,79) referente aos valores liquidados em 2019, inscritos como restos a pagar processados. Mais de 90% do valor inscrito em restos a pagar processado refere-se às despesas com a folha de pagamento de pessoal, cujo pagamento ocorreu no primeiro dia útil de 2020. O Art. 103, da Lei 4.320/64, dispõe que "Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária ", pois "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhada" nos termos do art. 35, II, Lei nº 4.320/64.

10.4 DISPÊNDIOS: Despesas Orçamentárias

Os dispêndios referentes às despesas orçamentárias, no valor de R\$ 1.763.191.868,03, correspondem à 76,18% do total dos dispêndios do órgão, sendo 58,75% referente a despesas ordinárias e 17,44% referente às despesas vinculadas. Neste grupo, destaca-se a variação ocorrida no item Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas, que apresentou dispêndios 177,51% superiores em 2019 quando comparado ao exercício de 2018.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

10.5 DISPÊNDIOS: Transferências Financeiras Concedidas

O montante das transferências concedidas pelo órgão no exercício de 2019 foi de R\$ 243.104.116,10, que corresponde à 10,50% do total dos dispêndios. Os valores registrados nesse grupo referem-se à contrapartida de sub-repasse concedido pela UFC ao Hospital Universitário e à Maternidade Escola no montante de R\$ 230.160.457,97; devolução de recursos financeiros à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO-MEC) no valor de R\$ 1.070.000,00; transferências concedidas para pagamento de restos a pagar, no total de R\$ 8.015.084,69 e movimento de saldos patrimoniais no valor de R\$ 1.367.026,28. Este último item refere-se, principalmente, à movimentação de devolução de créditos de folha de pagamento e devolução de auxílio financeiro ao estudante.

O item Demais Transferências Concedidas, no valor de R\$ 2.482.266,17, é referente à devolução de recursos financeiros não utilizados, oriundos da celebração de TEDs com outros órgãos do governo federal.

10.6 DISPÊNDIOS: Pagamentos Extraorçamentários

Os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 185.073.100,54 correspondem à 8,00% do total dos dispêndios do órgão, sendo a maior parte referente ao pagamento de restos a pagar processados, que totalizou durante o exercício de 2019 R\$ 117.532.777,02. Este montante é decorrente, principalmente, da mudança da sistemática de pagamento da folha de pessoal, que impactou significativamente no montante de restos a pagar processados no início de 2019.

Comparando-se os dispêndios extraorçamentários do exercício de 2019, com os de 2018, observa-se uma variação significativa, já que os dispêndios em 2019 apresentaram valores 117,95% superiores ao mesmo período de 2018, o que ocorreu, principalmente, em função da mudança no procedimento de pagamento da folha de pessoal, mencionada no parágrafo anterior. A execução de restos a pagar é explicada com mais detalhes na nota explicativa do Balanço Orçamentário (item 8.4)

11. NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) do exercício de 2019.

11.1 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Transferências Financeiras Recebidas

As transferências financeiras representam quase a totalidade (99,39%) dos ingressos no exercício de 2019. Destas transferências, o montante R\$ 1.946.593.684,82, refere-se aos repasses recebidos, que são recursos recebidos por meio de transferências financeiras de outros órgãos do governo federal, especialmente do MEC, correspondentes ao orçamento atual.

Compõe ainda esse grupo de ingresso, o valor de R\$ 72.410.627,24, recebido para pagamento de restos a pagar.



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Embora seja referente à movimentações financeiras entre unidades gestoras do órgão, o valor de R\$ 230.160.457,97 de recursos financeiros transferidos da unidade gestora da UFC para o Hospital Universitário e para a Maternidade Escola, também compõe o total das transferências financeiras recebidas, conforme citado no item de Ingressos: Transferências Financeiras Recebidas da Nota Explicativa do Balanço Financeiro.

11.2 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Ingressos - Receitas Derivadas e Originárias

Os ingressos desse grupo tiveram um acréscimo de apenas 0,01%, quando se compara o saldo ao final do exercício de 2019 com o mesmo período do ano de 2018. Os ingressos no grupo são referentes à arrecadação de receitas próprias e representam apenas 0,34% do total de ingressos no período. A nota explicativa do Balanço Orçamentário traz mais detalhes acerca do desempenho da arrecadação de receitas.

11.3 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Desembolso: Educação

Os dispêndios mais relevantes são relacionados à função de governo Educação, que corresponde à 48,05% do total dos dispêndios realizados ao longo do exercício de 2019, o que se explica por se tratar de uma instituição de ensino.

Nesta função de governo, os dispêndios do grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais totalizam R\$ 733.188.746,22. Já as despesas do grupo Outras Despesas Correntes totalizam R\$ 230.841.646,92, sendo R\$ 192.484.084,05 referente à execução do orçamento de 2019 e R\$ 38.357.562,87 referente ao pagamento de restos a pagar.

Cabe ressaltar que os dispêndios cuja classificação orçamentária da despesa traz a modalidade de aplicação Aplicações Diretas - Operações Internas, que são pagamentos intraorçamentários, são contabilizados como transferências intragovernamentais concedidas, por tratar-se de operações entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

11.4 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Desembolso: Previdência Social

Outra função de governo com dispêndios relevantes é a função Previdência Social. Essa função de governo apresentou dispêndios no ano de 2019 no valor de R\$ 554.109.485,54, que representa 27,62% do total dos dispêndios. Os dispêndios desta natureza são relacionados ao pagamento de aposentadorias, pensões e sentenças judiciais.

11.5 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Desembolsos - Saúde

Durante o ano de 2019, foram feitos desembolsos nesta função no valor de R\$ 91.494.040,90. Deste valor, 97,32% são referentes aos dispêndios feitos pelas unidades gestoras do



Relatório Contábil do encerramento do exercício de 2019

Hospital Universitário e da Maternidade Escola, mediante execução de despesas custeadas com recursos do Ministério da Saúde por essas unidades.

11.6 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Desembolsos – Segurança Pública

Durante o exercício de 2019 foram feitos desembolsos nesta função no valor de R\$ 3.448.251,31 referentes a valores pagos pela UFC de despesas custeadas com recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública referentes ao projeto intitulado "SINESP Big Data de Inteligência Artificial para Segurança Pública", conforme TED firmado entre a UFC e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

11.7 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES: Desembolsos – Transferências Concedidas – Intragovernamentais

São registrados neste grupo os desembolsos feitos para outros órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Dentro do grupo, o item mais relevante, no valor total de R\$ 135.255.129,75, é o pagamento da obrigação patronal do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais (PSS – Patronal).

11.8 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante

Este grupo representa 99,92% do total dos dispêndios relacionados às atividades de investimento feitos durante o exercício de 2019. Neste grupo, os itens mais relevantes são os pagamentos referentes a obras e instalações e aquisição de material permanente, que correspondem à 29,58% e à 70,34%, respectivamente, do total de desembolsos para aquisição de ativos não circulantes. Durante o exercício de 2019, foram desembolsados R\$ 2.353.105,95 referente ao orçamento de 2019 e R\$ 30.189.908,18 referente ao pagamento de restos a pagar.